UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS CAMETÁ
FACULDADE DE HISTÓRIA DO TOCANTINS/FACHTO

GLAUCIA RIBEIRO ALVES

BRUXARIA NO SÉCULO XVIII: práticas curativas de mulheres no Estado do Grão-Pará

CAMETÁ/PA
2023

GLAUCIA RIBEIRO ALVES

BRUXARIA NO SÉCULO XVIII: práticas curativas de mulheres no Estado do Grão-Pará

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de História da Amazônia Tocantins (FACHTO) do Campus Universitário do Tocantins/UFPA-Cametá, como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História, sob a orientação da Profª. Drª. Benedita Celeste de Moraes Pinto.

CAMETÁ-PA
2023

GLAUCIA RIBEIRO ALVES

BRUXARIA NO SÉCULO XVIII: práticas curativas de mulheres no Estado do Grão-Pará

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª Benedita Celeste de Moraes Pinto
FACHTO/PPGEDUC-UFPA-Cametá
Orientadora

Prof.ª Mª Susana Braga de Souza
SEMED/Cametá
Avaliadora

Profª. Ma. Renata Ferreira Siqueira
PPGEDUC/UFPA-Cametá
Avaliadora

CAMETÁ/PA
2023

Aos meus avós, Maria do Carmo Ribeiro Alves e Vicente Benedito Araújo Alves, que me acolheram e amaram enquanto tiveram vida, e que em algum lugar estão na torcida por minha felicidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me manteve de pé durante a minha jornada acadêmica, me dando forças suficientes para suportar todos os percalços do caminho para a realização desse trabalho. Sua presença em minha vida me ajudou a superar as dificuldades e a encontrar o caminho certo para alcançar meus objetivos.

Aos meus familiares, principalmente a minha tia Maria Palmira que sempre acreditou em mim e no meu sucesso e me auxiliou em toda a minha caminhada até aqui. Ao meu parceiro de vida, namorado e amigo, Lucas Ribeiro, que foi peça fundamental para não me fazer desistir quando os problemas me alcançavam em cheio, me dando todo o seu amor, carinho, sendo meu companheiro, me colocando sempre para cima, e me lembrando o quanto sou capaz.

A minha orientadora Benedita Celeste de Moraes Pinto, pela paciência, compreensão e incentivo nessa reta final, sem o seu apoio certamente o caminho seria muito mais árduo, sua sabedoria e experiencia foram de imensa importância para esse trabalho.

Aos professores ao longo do caminho demonstro minha eterna gratidão certamente minha trajetória universitária e minha vida escolar não seria possível sem vocês que fizeram parte da minha jornada até aqui.

Agradeço profundamente a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram, direta ou indiretamente para que eu chegasse até aqui.

Obrigada a todos!!!

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as práticas curativas, chamadas de bruxarias no Brasil colonial, fundamentalmente no Estado do Grão-Pará, como permanência, compreendendo suas peculiaridades e características próprias na região amazônica, na contemporaneidade, buscando verificar que consequências caracterizam as mulheres que se ocupavam do processo de cura, evidenciando o papel da igreja como participante ativa dessa rotulação, a ponto de depreender o processo de aprisionamento do corpo dessas mulheres. Metodologicamente, o presente estudo envereda pelos caminhos da pesquisa bibliográfica e documental, de cunho qualitativa para me auxiliar no processo de feitura deste trabalho, contudo, a pesquisa bibliográfica foi a principal fonte de investigação a partir do diálogo de obras de autores como: Russel; Alexander (2019); Levack; Brian (1988); Federici; Silvia, (2017); Souza (1995); Carvalho Júnior (2013); Maia (2014), entre outros autores que citados ao longo da pesquisa. Dados da pesquisa apontaram que as mulheres apesar de desemprenharem um papel vital na assistência à saúde de suas comunidades, eram acusadas de bruxaria por praticarem diversas práticas de cura, incluindo o uso de ervas, rezas e banhos. Esta investigação também destacou a influência da Igreja e do sistema legal na perseguição das supostas bruxas, revelando a tensão entre o conhecimento tradicional e as instituições estabelecidas.

Palavras-chave: História. Mulheres. Santo Ofício. Bruxarias. Práticas de curas.

ABSTRACT

This study aims to analyze healing practices, called witchcraft in colonial Brazil, mainly in the State of Grão-Pará, as permanence, understanding their peculiarities and characteristics in the Amazon region, in contemporary times, seeking to verify what consequences characterize women who they took care of the healing process, highlighting the role of the church as an active participant in this labeling, to the point of understanding the process of imprisoning the bodies of these women. Methodologically, the present study follows the paths of bibliographic and documentary research, of a qualitative nature to assist me in the process of carrying out this work, however, bibliographic research was the main source of investigation based on the dialogue of works by authors such as: Russel; Alexander (2019); Levack; Brian (1988); Federici; Silvia, (2017); Souza (1995); Carvalho Júnior (2013); Maia (2014), among other authors cited throughout the research. Research data showed that women, despite playing a vital role in health care in their communities, were accused of witchcraft for practicing various healing practices, including the use of herbs, prayers and baths. This investigation also highlighted the influence of the Church and the legal system in the persecution of alleged witches, revealing the tension between traditional knowledge and established institutions**.**

Keywords: History. Women. Holy Office. Hexes. Healing practices

LISTA DE SIGLAS

TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: PERCURSO METODOLÓGICO DE ESTUDO 8
CAPÍTULO I 13
2 A BRUXARIA E O APRISIONAMENTO DO CORPO FEMININO 13
2.1 Panorama geral da bruxaria 13
2.2 Caça às bruxas 15
2.3 Concepções de Bruxaria 21
2.4 Santo Ofício 24
2.5 A bruxaria atualmente 32
CAPÍTULO II 33
3 A CONSTRUÇÃO DA FAMA DAS MULHERES COMO BRUXAS, FEITICEIRAS E SUAS PRÁTICAS MÁGICAS CURATIVAS NO ESTADO DO GRÃO-PARÁ 33
3.1 O protagonismo de mulheres que se relacionam com a feitiçaria 33
3.2 Direcionamento da feitiçaria à mulher 34
3.3 Práticas Mágicas Curativas de Mulheres na Amazônia no Estado do Grão-Pará 37
3.3.1 A visitação do Grão-Pará 37
3.3.2 Índia Sabina 38
3.4 Ritos curativos 40
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 45

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: PERCURSO METODOLÓGICO DE ESTUDO

Este estudo tem como objetivos analisar as práticas curativas, chamadas de bruxarias no Brasil colonial, fundamentalmente no Estado do Grão-Pará como permanência, compreendendo suas peculiaridades e características próprias na região amazônica, na contemporaneidade, buscando verificar que consequências caracterizam as mulheres que se ocupavam do processo de cura, foram taxadas como bruxas, evidenciando o papel da igreja como participante ativa dessa rotulação, a ponto de depreender o processo de aprisionamento do corpo dessas mulheres.

Diante disso, vale ressaltar que o interesse pela temática, deu-se no curso de Licenciatura Plena em História, cursada na Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário do Tocantins/Cametá, o qual foi um divisor de águas em minha vida, visto que entramos na academia achando que nossa visão de mundo está formada, mas quando passamos a ter contato com leituras, é que nos evidenciam o quanto somos carregados de preconceito, nos vemos perdidos. No meio desse processo de desconstrução pude observar com o apoio de referenciais teóricos o quanto a nossa sociedade é influenciada pelo senso comum, e em como isso é enraizado.

Ao longo do curso, entrei em contato com muitas disciplinas que foram muito esclarecedoras, mas as questões de gênero sempre me chamaram atenção, quando tivemos que decidir o tema de trabalho de conclusão de curso (TCC), optei por falar sobre mulheres. As mulheres foram perseguidas pela igreja, na idade média, taxadas como bruxas, por apresentaram características que a igreja julgava como bruxaria, pelas suas práticas e tato com a natureza e com as ervas medicinais. No Brasil podemos encontrar no período da colonização esse mesmo processo. Contudo, em menor escala quando relacionada a perseguição que houve na Idade Média. Segundo Carolina Rocha Silva, “a feitiçaria e as práticas mágicas são acontecimentos universais que estiveram presentes em todas as sociedades desde a Antiguidade até os tempos mais modernos” (Rocha, 2018, p. 32)

Na região amazônica não seria diferente, sempre envolta de mistérios, com suas lendas, com a vasta riqueza de ervas medicinais, que os povos indígenas sabem tão sabiamente utilizar, não poderia com este cenário não falar sobre mulheres que curam, que trazem vida ao mundo. Diante do que foi explicitado, acredito que precisamos entender mais a bruxaria como uma prática ainda comum atualmente, procurando compreender os processos que ocorreram, e como ela adentrou a região Norte, mais precisamente o estado do Grão-Pará. E, para além disso entender as práticas curativas das mulheres, e o uso de plantas medicinais como forma de auxílio para elas.

Deste modo, destaca-se a importância deste estudo, pois representa um trabalho de pesquisa com contribuições acadêmicas, pedagógicas e sociais, na medida em que adentra em questões que precisam ser urgentemente debatidas e tratadas, revelando a necessidade de discussões sobre as práticas de cura realizadas pelas mulheres nas mais diversas comunidades na região Norte, e por consequentemente poder incentivar novos estudos e pesquisas sobre as mulheres que utilizam o dom das práticas curativas.

A escolha dos procedimentos metodológicos adotados neste estudo, se deu no sentido de buscar métodos que melhor explicasse o fenômeno que está sendo estudado, de modo a delinear o problema de pesquisa, interpretá-lo e relacioná-lo com as teorias existentes para responder à questão de pesquisa.

A assim sendo, o presente estudo utiliza-se da pesquisa bibliográfica e documental, para realizar uma revisitação às leituras e suas discursividades, de modo a abordar neste trabalho os principais conceitos e ideais utilizadas pelos autores(as) acerca das práticas de cura de mulheres no Grão-Pará. Uma vez que o levantamento "[...] permite ao pesquisador partir do conhecimento já existente [...] dos conceitos bem trabalhados que viabilizem sua operacionalização no campo das hipóteses formuladas" (Minayo, 2010, p.61).

Além disso, o estudo é de caráter exploratório-descritivo, quantitativo, posto que segundo Gil (2008, p.27), o estudo exploratório "têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores" (Gil, 2008, p.27).

No mesmo sentido, de acordo com Bardin (2004), a pré-análise é o primeiro passo na organização da análise de conteúdo. Ao fazer isso, o pesquisador começa a organizar o material de uma forma que o torna útil para a pesquisa. Nessa etapa, deve-se sistematizar as ideias preliminares em quatro etapas, a saber: leitura flutuante; seleção de documentos; reformular metas e hipóteses e formular indicadores, completando a preparação de todo o material (Bardin, 2004).

Assim sendo, a pesquisa para este estudo foi bibliográfica, tendo sua coleta de dados embasada em livros, monografias, teses e artigos científicos encontrados nas plataformas digitais: *Web of Science*, *Google Scholar* e Banco de Teses e Dissertações da Capes (BTD). Sendo considerados elegíveis para a pesquisa: artigos sobre a temática publicados nos últimos 10 anos (2012-2022), com acesso livre e completos. Sendo excluídos trabalhos incompletos, repetidos, publicados fora do período estipulado. Pois, segundo afirma Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica pode ser feita:

> a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, documentos, trabalhos e até páginas de web sites. Qualquer trabalho científico necessita de uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (Fonseca, 2002, p. 32).

Nestas condições, os dados encontrados foram analisados com base nos pressupostos da análise de conteúdo (Bardin, 2011). Segundo a metodologia escolhida, a análise compreende as seguintes etapas: 1) pré-análise; 2) exploração de material e 3) tratamento dos resultados (Bardin, 2006).

Desta forma, no decorrer da pesquisa se tentou responder neste estudo as seguintes questões norteadoras: práticas curativas ou bruxaria? Como o conceito de bruxaria foi atribuído de forma negativa? Como foi a chegada desse processo na região Norte? Como se deu o processo de "aprisionamento" do corpo da mulher?

Uma vez que ao longo da história das mulheres, foram sinônimo de resistência a tudo que tentou silenciá-las, buscaram sempre resistir a práticas repressoras e patriarcais que foram e são enraizadas na sociedade. Seguindo essa linha, a bruxaria foi um modo que a população e a igreja utilizaram para tentar controlar as mulheres e, partindo desse pressuposto, podemos entender o processo de aprisionamento do corpo feminino e o preconceito em relação a mulheres que são encaradas como bruxas; em razão disso, elas ressignificaram as suas práticas ao longo da história, entretanto, tais mulheres se veem desprovida de qualquer tipo de dom devido as rotulações impostas tanto pela igreja quanto pela sociedade. Além disso, evidencia-se que essas mulheres quando descobrem que nasceram com algum dom, tentam se desfazer dele em razão do medo de serem estigmatizadas como bruxas e feiticeiras.

Na primeira metade do século XVIII, o Estado do Maranhão e Grão-Pará passou por vários surtos epidêmicos, entre eles o da varíola na década de 1720 e 1740, além de sarampo nos anos de 1748-1750. Essas epidemias marcaram fortemente a região, tornando-se as principais considerações de dizimação dos povos.

Durante o processo de colonização, os povos originários foram paulatinamente reduzidos, fosse através da escravidão, ou como vítimas de epidemias ou das guerras frequentes. Os aldeamentos propiciavam a transmissão de doenças entre os povos e, segundo John Hemming (2007), os missionários jesuítas eram conscientes desse fato, o que não os impedia de continuarem sua congregação, ressaltando que "sempre encheram os estabelecimentos esvaziados atraindo mais inocentes para eles", pois parecia mais importante o "orgulho de manter o sistema das missões", o que os tornavam "obcecados com o número de almas que congregavam" (Hemming, 2007, p. 224).

Salienta-se que, os períodos epidêmicos causaram vários transtornos na Amazônia colonial, prejudicando o comércio, a cultura das fazendas, a coleta das drogas do sertão, as viagens fluviais, e até na arrecadação da Fazenda Real, como foi ressaltado pelos moradores ao dirigirem suas queixas ao rei; destacavam eles que os prejuízos advindos com a de população indígena deixava-os impossibilitados de pagar os dízimos, sendo essa uma estratégia para que suas solicitações fossem atendidas com maior urgência. Os surtos epidêmicos trouxeram consigo a problemática das práticas de cura, pois nesses momentos se evidenciava a falta de médicos, sobressaindo-se as atividades dos missionários, especialmente os jesuítas, que auxiliaram no socorro dos índios, seja através de conforto espiritual ou como agentes da cura.

As práticas de cura na Amazônia Colonial, assim como na América Portuguesa, possuíam como característica a reunião entre os saberes dos europeus, dos "indígenas e dos africanos, resultando em métodos curativos multifacetados" (Abreu, 2006, p. 11), que durante a ocorrência de epidemias tornavam-se fundamentais para a sobrevivência desses povos que, ao se ""encontrarem" durante o processo colonizador, passaram a compartilhar não somente o mesmo espaço e suas culturas, como as doenças" (Calainho, 2005, p. 68). Nesse aspecto, Alfred Crosby ressalta que foi por meio da troca de plantas, animais e doenças entre índios, africanos e brancos (que na maioria das vezes era prejudicial aos habitantes do Novo Mundo), destacando os efeitos destruidores das epidemias como fatores fundamentais para a eficácia do imperialismo europeu (Crosby, 1986; 2002).

Fator esse evidenciado nos recorrentes períodos de surtos epidêmicos ocorridos no Estado do Maranhão e Grão Pará, em que a mortandade se tornava elevada, e a busca de curas para suas mazelas era objetivo de todos, seja através da medicina oficial, por meio dos missionários, dos indígenas ou dos africanos.

Segundo Rodrigues (2012), "bruxas, feiticeiras e curandeiras sempre estiveram presentes na história, mas só podem ser" compreendidas no contexto em que agiam. O período que nos interessa neste "texto é o da Inquisição Portuguesa (1536-1820)", que com seus tentáculos atingiu através do mar todo o Império Português (Rodrigues, 2012, p,1).

Para a legislação da Inquisição, não havia distinção entre bruxas, "curandeiras. Portanto é difícil distinguir suas especificidades, pois todas estavam ligadas a práticas mágicas. Como exemplo disso temos" os curandeiros que, além de usar ervas medicinais, tiravam a quebra ou curavam a erisipela com uma oração. Alguns estudiosos da Inquisição acreditam que a feitiçaria é uma prática individual, realizando feitiços, enquanto a bruxaria é de natureza coletiva e associada a um culto. Na Galiza, no final do século XVI, esta divisão era clara, pois acreditava-se que as bruxas mandavam o mal enquanto as bruxas o curavam.

Desta forma, o presente estudo traz a bruxaria no século XVIII vista as definições da época, com as práticas curativas de mulheres no Estado no Grão-Pará. Uma vez que segundo Araújo (2013), “por meio das denúncias, é possível encontrar elementos que confirmam um regime de verdade estabelecido pelo olhar inquisitorial que farejava nas práticas consideradas heréticas”, o ambiente “para normatização dos costumes da população, continuando o processo de conversão dos gentios, iniciado pelos missionários” (Araújo, 2013, p.7).

Enxergando nas práticas nativas a feitiçaria revelada com: pessoas fazendo orações amorosas, roubando itens sagrados da igreja para “fins ilícitos”, benzeduras impróprias, defumadouros, usos de raízes desconhecidas em banhos “incomuns”, todas essas práticas faziam parte do rol demarcado de heresias denunciáveis ao Santo Ofício e enquadradas como feitiçaria, provavelmente intermediadas (Araújo, 2013) pela imaginação, como será abordada em cada capítulo deste estudo.

No que compreende a sua estrutura, este estudo está organizado em dois capítulos. O primeiro capítulo, “*A Bruxaria e o Aprisionamento do Corpo Feminino*”, aborda, a partir de um contexto geral, a história da bruxaria até o Santo Ofício. No segundo capítulo, “*A Construção da Fama das Mulheres como Bruxas, Feiticeiras e Suas Práticas Mágicas Curativas no Estado do Grão-Pará,* trata a respeito do protagonismo de mulheres que se relacionavam com a feitiçaria, bem como, quais direcionamentos eram dados da feitiçaria à mulher. Da mesma forma, que faz uma breve discussão sobre a visitação do Santo Ofício no Grão-Pará, discorrendo acerca de uma das bruxas mais famosas de Belém, a Índia Sabina, perpassando pelos ritos curativos utilizados pelas mulheres para cuidar da saúde das pessoas das diversas comunidades presentes na Amazônia.

CAPÍTULO I
2 A BRUXARIA E O APRISIONAMENTO DO CORPO FEMININO

O presente capítulo aborda a partir de um contexto geral a história da bruxaria até o Santo Ofício, tópicos fundamentais para este estudo.

2.1 Panorama geral da bruxaria

Na Baixa Idade Média, houve uma tentativa de expansão do cristianismo, fazendo com que a igreja católica quisesse destruir quaisquer coisas que tivessem a intenção de interferir, mesmo que minimamente o seu crescimento, e a possível dominação cristã.

A sociedade acreditava em um ser divino (Deus) que era considerado bom e justo para com o seu povo, a bondade divina era sempre evidenciada, em detrimento a isso o satã (Diabo), figura criada pela igreja cristã como maligna e fonte de pecado e fortemente enraizada do imaginário europeu, criando-se a ideia de qualquer coisa que estivesse associado ao demônio deveria ser exterminado pela igreja, tal como os atos e práticas que eram considerados magia.

> A oposição entre o Senhor e o Diabo é violenta e profunda, e quem se colocar no caminho do Salvador ou tentar frustrar seus planos de salvação é, explicita ou implicitamente, um servo de Satã. O Diabo tem sob seu comando toda a oposição natural e sobrenatural ao Senhor, incluindo demônios, infiéis, hereges e feiticeiros (Russel; Alexander, 2019, p.50).

As mulheres foram os principais alvos dessa tentativa de extermínio. Segundo Dias e Cabreira (2019, p.193), se antes o ser "feminino era visto como força fundamental para a sobrevivência" de uma sociedade, o trato com ervas, as curas, as poções, os partos feitos por mulheres eram considerados naturais, com a transcorrência do tempo essas atribuições tornaram-se negativas e os termos para as mulheres que curam foram se metamorfoseando. Termos como, feiticeira, mandingueira, tornaram-se sinônimos de correlação direta com o satanismo, sempre associados ao diabo cristão.

Ao fazer a ligação entre a magia e o satanismo, a elite cristã demonizou as práticas mágicas, mudando o conceito de feitiçaria. Todos os que os realizaram tornaram-se hereges e apóstatas; não havia mais magia natural (branca), apenas magia diabólica (negra). O mesmo entendimento aplicava-se às práticas mágicas dos nativos americanos, cuja descoberta neste contexto foi tomada como um sinal do fim dos tempos. É por isso que sacerdotes maias, incas

ou astecas, xamãs, xamãs caribenhos e tupis, enfim, todos os responsáveis pelo espaço sagrado, eram chamados de bruxos e magos (Souza, 1993).

A mulher que antes era considerada como algo sagrado, pois dela nasciam todos, tornou-se indigna da sociedade que estava sendo formada, e as perseguições foram apenas se agravando. Partindo do pensamento de Santo Agostinho a magia foi feita pelo demônio pra deixar a humanidade o mais longe possível de Deus.

A Bíblia afirma que Eva "foi a primeira mulher humana, criada por Deus para fazer companhia a Adão no Paraíso". Porém, ao ceder às tentações da serpente que lhe contou sobre o fruto proibido, ela decide comer do fruto e "persuade Adão a fazer o mesmo, resultando na expulsão do homem do paraíso". Este ato de Eva é considerado na Bíblia como o primeiro pecado da humanidade e tem sido interpretado pela Igreja Católica como uma serpente como um demônio, Eva como a progenitora dos pecados humanos e Adão como a vítima da situação porque agiu sob a influência de sua companheira (Pereira, 2021, p.216).

Segundo Pereira (2021, p.216), "a figura de Eva e sua constante culpabilização no discurso cristão como promotora da expulsão do homem do paraíso" foi examinada sumariamente e em inúmeras páginas "pelos teólogos dominicanos Kramer e Sprenger," com base na mentalidade coletiva de que os traços pecaminosos de Eva são inerentes ao gênero feminino. Ele explica por que as mulheres são mais comumente associadas à bruxaria e como elas devem ser punidas por tais crimes a partir dessa perspectiva.

Para muitos clérigos a mulher considerada praticante da bruxaria, fazia um pacto com o demônio a fim de dar-se de corpo e alma para ele, em troca de "poderes" sobrenaturais, ou seja, o diabo se apoderava, tomava para si esse corpo, essa mulher, e partir desse momento ela poderia ocasionar diversas maldades, principalmente contra os homens, seguindo a ideia de magia maléfica que pairava sob a Europa.

Era preciso "que acreditassem não somente que bruxas individualmente estariam prejudicando seus vizinhos por meios mágicos, mas que grande número delas estaria rejeitando por completo a fé e minando a civilização cristã". Era preciso que "acreditassem que os magos pertenciam a uma seita" organizada "e conspiratória de adoradores do Diabo" (Levack, 1988, p. 28).

A religiosidade procurou concretizar a figura do demônio ao longo dos tempos, com isso a imagem e temor a ele era muito presente, algo que sem dúvida serviu para instigar mais ainda o medo em relação a bruxaria. Religiosos do período, tal como Lutero, acreditava que o diabo era um inimigo com o qual deveria travar uma guerra por toda a vida humana.

> Qualquer pessoa, mesmo o mais santo dos homens, poderia ser enganado e cair no laço da astuciosa lábia de Satã. Lutero estava confiante de que o Reino de Cristo prevaleceria por fim sobre as forças das trevas, mas a luta seria difícil e contínua, e o indivíduo estaria sempre vulnerável ao engano e à justiça (Levack, 1988, p. 100).

Indubitavelmente, a história está presente nos evidenciando, e apresentando fatos que comprovam o quanto o machismo e a misoginia ceifam a vida de mulheres. A caça às Bruxas na Europa foi exemplo disso, segundo Levack (1988).

2.2 Caça às bruxas

Antes de entrar especificamente na relação entre bruxaria e mulheres, cabe esclarecer que usamos o termo caça às bruxas quando nos referimos à intensa e difusa perseguição nos tempos modernos. O termo feitiçaria é usado porque aparece nas Ordenações Filipinas, nas Constituições dos Arcebispos, nos Regulamentos da Inquisição e na doutrina portuguesa. Aliás, em Portugal o termo variou na produção da ciência tanto na modernidade como na modernidade em todas as classes sociais (Bethencourt, 2004).

A caça às bruxas assumiu diferentes formas dependendo da região, mas "não perdeu sua característica principal:" uma campanha judicial massiva da igreja e da classe dominante contra as mulheres do campo (Ehrenreich; English, 1984, p.10 *apud* Angelin, 2012).

Iniciou-se então a busca incessante de mulheres que tivessem aspectos, características relacionadas a bruxaria, essa perseguição contra as mulheres, nomeada como caça às bruxas, perpassou por quatro séculos, do feudalismo até o iluminismo, e durante esse período muitas mulheres foram queimadas vivas.

Para Federici (2019) *apud* Oliveira (2019, p.215) em sua obra: "Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais", explica as razões que levaram ao surgimento das caças às bruxas, que ocorreram entre finais do século XIV e meados do século XVIII, com "maior intensidade entre os séculos XVI e XVII, foram multicausais, ou seja, não se pode" afirmar que o cercamento no século XV Inglaterra, os processos se intensificaram, e somente o advento da medicina ou questões religiosas foram responsáveis pela perseguição às mulheres.

Silvia Federici (2019) *apud* Oliveira (2019, p.216), "atribui todas as causas subjacentes ao desenvolvimento das relações capitalistas" e examina eventos passados a fim de que se visualize a caça às bruxas como uma ação estatal ligada à igreja e ao "combate à presença ativa das mulheres no mundo capitalista" que tem sido o maior responsável pelo aumento da violência contra elas nos séculos desde o seu início.

Inegavelmente a inquisição teve um papel altamente crucial na tentativa e extermínio das mulheres e de pessoas que eram consideradas hereges, que não seguiam ou respeitavam os dogmas estabelecidos pela igreja.

Nesse sentido, "o Tribunal da Inquisição foi uma instituição" estabelecida sob a autoridade do Papa Gregório IX no século XIII foi fundada, que temia o avanço de seitas religiosas consideradas heréticas em áreas cristãs (Pereira, 2021, p.210).

Assim, foi criado o Santo Ofício e fundada uma organização com base na união dos tribunais católicos cujo objetivo era "identificar, julgar e punir todos aqueles que" se desviassem de alguma forma da esperada atitude católica a fim de cumprir os ensinamentos do catolicismo para ameaçar cristãos estabelecimento. Mais tarde, entre os "séculos XV e XVIII, a inquisição" tornou-se conhecida por suas inúmeras perseguições às chamadas bruxas com inúmeras execuções na fogueira e enforcamento de mulheres e assim moldou a modernidade. Os Inquisidores eram ministros "de ordens religiosas que atuavam junto ao poder civil para combater as forças heréticas em áreas do Ocidente cristão" (Pereira, 2021, p.210).

A sociedade e principalmente a igreja católica apostólica romana, não aceitava que mulheres fossem seres autônomos e dissociadas da figura masculina, essas mulheres incomodavam as autoridades eclesiásticas, principalmente por sua sexualidade, o sexo era sempre associado a algo demoníaco, em razão disso podemos constatar que a intenção era realmente tolher tudo que vinha do feminino, para assim ter o controle do corpo feminino, Silvia Federici, em seu livro "Calibã e a Bruxa," nos evidencia que:

> A caça às Bruxas foi, portanto, uma guerra contra as mulheres; foi uma tentativa coordenada de degradá-las, de demonizá-las e de destruir seu poder social. Ao mesmo tempo, foi precisamente nas câmaras de tortura e nas fogueiras onde se forjaram os ideais burgueses de feminilidade e domesticidade (Federici, 2004 *apud* Caixeta, 2021, p.9).

As mais afetadas "por essas mudanças foram as mulheres mais velhas" que viviam sozinhas, sem filhos ou maridos (Oliveira, 2019, p.216), deixando-as desamparadas no fim de seus direitos ancestrais. A situação deles piorou depois da Reforma, pois as esmolas foram proibidas e eles não podiam nem viver de esmolas. Eles eram então considerados um obstáculo à sociedade produtiva e acumuladora de bens, não podiam fornecer trabalhadores, muito menos criar futuros trabalhadores, e ainda representavam a maioria da população europeia (Federici, 2019).

Por conseguinte, a fim de justificar a perseguição sobre as mulheres, os inquisidores usavam como principal fundamento a Bíblia, e manuais que visavam identificar o que seria ou não bruxaria, o mais conhecido *Malleus Maleficarum,* que era uma coletânea, dividida em três

partes, com argumentos para ajudar na identificação das bruxas, o que elas eram capazes de realizar e como essas mulheres deveriam ser punidas, evidenciando muito bem o machismo, violência e misoginia a qual essas mulheres foram duramente expostas por séculos. A partir das análises de Levack (1988, p. 8), uma bruxa não era "apenas uma pessoa que realizava magia prejudicial, mas também que tivesse feito pacto com o Diabo e lhe prestasse algum tipo de homenagem. Bruxaria era, portanto, diabolismo, a adoração do Diabo".

Importante salientar e conforme menciona Federici (2019), marginalizadas, sem fonte de renda ou apoio da figura masculina, algumas mulheres recorreram à prostituição para ganhar a vida.

No entanto, essa atitude foi interpretada como "a existência de um pacto diabólico", já que se considerava fácil extorquir dinheiro dos homens, muitos dos quais, inclusive, afirmavam ter sido vítimas de seus encantamentos. Ainda que não se tratasse de prostituição, mas de relacionamentos sem casamento, a sexualidade feminina era vista como intimamente ligada ao demônio. Embora essa fosse uma questão religiosa, nos séculos 16 e 17, quando a caça às bruxas era mais intensa, os julgamentos eram conduzidos por juízes leigos pagos pelos governos municipais, não por membros da igreja (Federici, 2019 *apud* Oliveira, 2021).

Outro fator importante para fundamentar as perseguições foi a vinculação da mulher com o pecado original, teoria criada por Santo Agostinho, onde ele associa o ato sexual, mais especificamente a sexualidade feminina a algo demoníaco, onde a mulher não pode sentir prazer, apenas procriar. A associação da sexualidade feminina à demonização, é refletida nitidamente nos tempos atuais, onde mulheres não reconhecem o seu próprio corpo, por consequência do estigma relacionado ao prazer feminino, desde as violentas repressões da Caça às Bruxas, Federici (2017, p.330) aponta que, "a Caça às Bruxas expropriou os corpos das mulheres", tirando delas a decisão, poder e controle do seu próprio corpo.

Segundo Muraro (2014 *apud* Lemos, 2018, p.818), "o controle religioso e sociopolítico sobre as mulheres na Europa aumenta por volta do século XIV"; prevalece através da regulação das relações familiares quando estes são declarados incapazes e através do uso de penas de "feitiçaria. A caça às bruxas representou o empenho da sociedade patriarcal, sob os auspícios do tribunal religioso, de amortecer" a onda revolucionária de mulheres que, em circunstâncias opressivas, organizaram movimentos sociais e se manifestaram contra a injustiça, contra a fome e se engajaram nas lutas camponesas.

Adicionado a isso, o amplo conhecimento que eles tinham "no tratamento de doenças com suas ervas e poções, o que" os tornava potencialmente mais temíveis e vulneráveis à perseguição. Os saberes trocados e consolidados nas reuniões de mulheres camponesas eram

combatidos com controle de ferro, tortura “e condenação à morte na fogueira” (Muraro, 2014 *apud* Lemos, 2018, p.818).

A Inquisição Portuguesa surgiu no mundo moderno num contexto de complicadas “relações da comunidade judaica na Península Ibérica”. Primeiro “na Espanha em 1478 e depois em Portugal em 1536, o tribunal do Santo Ofício perseguiu todos aqueles que, por atos, palavras e ideias, desafiaram a fé católica e assim se proclamaram hereges. O que se quer dizer acima de tudo são os judeus que se converteram ao cristianismo na época e, portanto, foram batizados - chamados de cristãos-novos ou marranos - que continuaram a praticar o judaísmo em segredo. Mas, além dos cristãos-novos judaizantes, a Inquisição” acrescentou à sua lista de crimes heréticos, entre outros, sodomitas, bígamos, feiticeiros, protestantes, blasfemadores, advogados, todos aqueles que obstruíam o funcionamento do tribunal (Calainho, 2022, p.227).

A caça às bruxas em Portugal intensificou-se a partir de 1547 após o indulto geral das “pessoas de origem hebraica. O auto-de-fé de” Lisboa de 1559 ficou famoso pela presença de grande número de bruxas. Alguns foram condenados a exílio e açoitamento público, enquanto outros foram queimados nas fogueiras do Rossio. Esta caçada resultou de “uma intervenção da Rainha Catarina, que ordenou uma” investigação aprofundada “em Lisboa e arredores. Muitas das confissões de bruxaria e” magia podem parecer surreais aos olhos de hoje. No entanto, devem ser analisados no contexto da mentalidade complexa da época: a modernidade com sua herança medieval e o universo colonial (Rodrigues, 2012, p.1).

Além disso, muitos foram obtidos por meio de tortura. Isso foi usado apenas em casos em que não havia evidências suficientes até o século XVII. “A partir do regimento do Santo Ofício de 1640”, porém, tornou-se algo atual no processo da Inquisição. “A intensidade das torturas sofridas” variava de acordo com a vontade do inquisidor, assistido pelo médico e barbeiro do tribunal (Rodrigues, 2012, p.1).

Ao longo de quase três séculos de existência, a Inquisição portuguesa (1536-1821) estendeu sua área de atuação pelo mundo atlântico e também para o Oriente, onde criou, em 1560, na cidade de Goa, na Índia, o único tribunal local fora do Reino. A organização do Santo Ofício se fez a partir de tribunais regionais, e se no início era composta por seis deles, a partir de 1565 acabaram por prevalecer somente três em Portugal - os de Lisboa, Évora e Coimbra -, e o de Goa, na Índia, tendo cada um deles jurisdições territoriais específicas (Bethencourt, 2000 *apud* Calainho, 2022).

Após a denúncia da Inquisição, o suspeito era investigado e intimado a prestar depoimento para responder pelos crimes de que era acusado, com ou sem tortura. Nesse sentido, as denúncias contra aqueles que não tinham condições de sustentar uma ampla defesa eram uma

forma viável de inflar a noção de sociedade civil que a Inquisição buscava e, assim, reforçar a amplitude e o contraste do mito da feitiçaria naquele meio social (Pereira, 2021).

Durante os tormentos, só podiam estar presentes os carrascos, o médico, o cirurgião, os inquisidores, um representante do bispo e o notário. Antes de se iniciar o tormento, o réu era avisado de que, se morresse ou quebrasse algo, a culpa seria exclusivamente dele (Rodrigues, 2012).

Nesse contexto de tanto "medo e fragilidade, uma mulher que se assemelhasse ao arquétipo de bruxa construído na mentalidade–velha, solitária e pobre ou jovem, sexualizada" - corria o risco de ser acusada de bruxaria. Além disso, "a histeria coletiva promovida pela igreja" sustentava a ideia de que "a mera subversão do feminino" a um comportamento imposto e esperado seria motivo de acusação de bruxaria, pois ela seria facilmente corrompida pelo demônio. Assim, após serem consideradas bodes expiatórios, tais mulheres "eram linchadas socialmente por suas comunidades", humilhadas e, finalmente, enveredavam por um caminho de solidão, não raro acompanhada de tortura e, por fim, morte na fogueira (Pereira, 2021, p.224).

Segundo Laura de Mello e Souza (2017) *apud* Rodrigues (2012, p.2), "os portugueses chegaram ao Brasil num momento em que a presença de Satã" entre o povo era particularmente marcante. Monstros, animais, seres demoníacos, os colonos também eram mágicos, as formulações se sucedem e se desdobram no imaginário europeu. "Recorrer a práticas mágicas foi uma das formas" dos colonos se adaptarem a um ambiente novo e hostil.

As heranças culturais em torno do conhecimento de ervas e processos rituais de nativos americanos, negros e europeus combinaram-se em um processo sincrético e criaram novas práticas mágicas. Assim, o uso de adivinhação, oração e remédios progrediu junto com a colonização (Hemming, 2017).

A hostilidade contra a feminilidade estava profundamente enraizada no Brasil colonial, tornando-o um verdadeiro e completo inferno para as mulheres (Vainfas, 1989), cujas responsabilidades, comportamentos, características e até deficiências foram delineadas pelo patriarcalismo em relação à família e ao casamento e foram legitimados, a sexualidade, a religiosidade e as emoções em geral (Maia Dias, 2021).

No Brasil, fórmulas mágicas contra fraturas, mau-olhado, erisipela e herpes-zóster ainda hoje são preservadas, principalmente em locais de difícil acesso a médicos e hospitais. A maioria dos curandeiros no Brasil colonial eram ameríndios, africanos e mestiços (Mello Souza, 2017).

Ao contrário da feitiçaria e feitiçaria onde predominavam as mulheres, os curandeiros eram praticados principalmente por homens, pois os remédios mágicos eram de grande importância nas culturas primitivas. O conhecimento dos feiticeiros Tupinambá sobre a cura pela magia é famoso. Porém, não eram apenas os índios e africanos que praticavam a cura mágica (Rodrigues, 2012).

Enquanto, "os europeus, sem conhecimento para explicar as doenças", as viam como sobrenaturais. Portanto, era natural recorrer à magia para curá-la. O papel da mulher naquela época era fundamental, pois possuíam um verdadeiro arsenal de remédios populares, que utilizavam em conjunto com rezas "específicas para cada caso". A busca pela cura por métodos sobrenaturais aproximou "a medicina popular da feitiçaria. Daí a associação dos inquisidores entre" feitiçaria e cura milagrosa (Rodrigues, 2012, p.2).

A importância dessas feiticeiras no cotidiano colonial não era apenas na cura de doenças. Consoante a metrópole, a aventura ultramarina marcava presença no quotidiano da sociedade: era preciso receber notícias de um familiar que se deslocara ao reino para saber quando chegaria um navio carregado de mercadorias para antever as condições da viagem e os perigos que enfrentam. no mar, entre outras informações importantes. As feiticeiras foram procuradas para fornecer essas respostas (Russell, 2019).

A vendedora "Brígida Lopes foi denunciada à Inquisição em 1593 por" fazer feitiçaria e sorte com água e chumbo, onde viu André Magro d'Oliveira "embarcar para Portugal, lutar no mar com um navio inglês, chegar a Lisboa e" regressar ao Brasil. Quando tudo saiu como ela havia previsto, ela foi denunciada pelo próprio André. As bruxas eram frequentemente culpadas quando um navio "se perdia ou afundava no mar tenebroso. Conflitos entre vizinhos e conhecidos também" acabaram sendo alvo de acusações de bruxaria (Rodrigues, 2012, p.3).

É "o caso de Luzia da Silva Soares, escrava acusada de feitiçaria pela família de seu senhor (teria causado a morte de dois de seus filhos)" e um pretendente rejeitado. Problemas cotidianos viraram reclamações. A construção coletiva do estereótipo da bruxa foi uma forma de identificar os responsáveis pelo infortúnio e excluí-los da comunidade. Em uma "sociedade escravista como a do Brasil colônia, a feitiçaria fez parte da resistência africana. Muitas vezes", a única forma de se defender era recorrer a métodos mágicos (Rodrigues, 2012, p.3).

Porém, está também legitimava a repressão e a violência sobre o cativo. Ao associar os escravos a feiticeiros, estes eram responsabilizados por todas as desgraças ocorridas no trabalho, na lavoura e na casa grande. Os conflitos manifestavam-se também em infanticídios, reais ou imaginários, tanto na Metrópole quanto na Colônia. Na ânsia de encontrar explicações para a enorme mortalidade infantil, acreditava-se no poder das bruxas em secar o leite materno

ou, ao assoprar o rosto do bebê, torná-lo incapaz de mamar, levando-o à morte (Rodrigues, 2012, p.3).

2.3 Concepções de Bruxaria

O conceito de gênero nos ajuda a compreender a feitiçaria feminina como uma manifestação informal das relações de poder historicamente construídas e consolidadas por mulheres que praticam diversas práticas mágicas em seu cotidiano. Essas feiticeiras puderam participar ativamente da sociedade, criando e recriando representações, esquemas, significados e símbolos culturais, mesmo em um cenário histórico caracterizado pela dominação patriarcal por meio de profundas desigualdades de gênero. No entanto, o gênero permite vivenciar a complexidade das formas de ação, interação e legitimação femininas ao revelar identidades múltiplas, mutuamente influenciadas e construções socioculturais que mudam constantemente no tempo e no espaço (Maia Dias, 2021).

As fronteiras entre os reinos do racional e do sobrenatural eram estreitas na antiguidade. As primeiras manifestações de magia e adivinhação remontam aos mundos indo-ariano e caldeu. Os caldeus foram creditados com rituais envolvendo práticas de adivinhação que usavam os movimentos das estrelas como análise. Outros povos, como os mesopotâmicos, também tinham um método de adivinhação baseado na análise de entranhas de animais, no movimento das estrelas ou em gestos corporais involuntários. (Mendes, 1993 *apud* Chaves, 2014).

O imaginário popular do europeu, desde as primeiras viagens da expansão marítima, era muito exacerbado e sempre alimentado pelos viajantes, a "descoberta" do novo mundo, é exemplo desse mundo fantástico descrito por eles, onde era pormenorizado que haviam criaturas irreais como gigantes, monstros marítimos, sereias que seduziam os navegantes, em relação ao Brasil, os aborígenes foram vistos quase como seres mitológicos, vistos também como selvagens e a terra foi vista inicialmente como o paraíso perdido, os europeus portugueses consideravam a descoberta do Brasil um milagre divino, Laura de Mello evidencia isso quando nos traz o argumento que para os portugueses a chegada em terras brasileiras, evidenciava que a natureza paradisíaca os aproximava do paraíso, através das memórias do imaginário.

> Os relatos de nossos primeiros cronistas dão exemplo disso, assim como o diário e as cartas de Colombo, em que se evidencia a decepção por não encontrar, no Caribe, sereias tão belas como as que povoavam seu universo imaginário (Souza, 1995. p. 7).

Podemos evidenciar que essas e outras falácias contribuíram para alimentar, perpetuar e instigar ainda mais o imaginário, consequentemente era comum acreditar verdadeiramente nos relatos de viagem, e tomar para si como verdade absoluta (Souza, 1995).

Por diversas instituições, a bruxaria é considerada uma religião, possuindo diversos direitos, definições e caracterizações tais como diversas outras religiões. Um grande número de pessoas associa as práticas de bruxaria como obrigatoriamente malignas ou relacionadas com atos de maldade, ideal consolidado devido aos extensos anos de perseguições a supostas bruxas durante a idade média pela igreja católica, e também reforçada por filmes, livros e outras obras no mundo moderno (Russell, 2019).

Tal como diversas outras religiões, principalmente aquelas de origem africana, a bruxaria é mal vista pela maioria das pessoas, geralmente sendo associada a atos, práticas e adorações que nem sempre condizem com os estereótipos criados pela sociedade, ou interpretados de maneira errônea e equivocada (Federici, 2017).

Além de se diferenciar de acordo com a região geográfica do mundo onde é observada, as práticas de bruxaria muitas vezes são confundidas ou admitidas como iguais a outras religiões ou práticas religiões, como o vodu, magia negra, adoração ao Diabo, satanismo ou curandeirismo (Bezerra, 2012).

A concepção de bruxaria é um tema amplamente difundindo em sociedade, desde muitos séculos atrás. Em alguns períodos e regiões ela é compreendida como parte da cultura, sendo utilizada para aliviar ou promover tensões sociais, promover curas alternativas para doenças antes da era de desenvolvimento da medicina, ou até nos séculos mais recentes ou ela era ainda mais inacessível (Russell, 2019).

Até nas sociedades que viam a bruxaria como algo totalmente negativo, ela se mostrava útil para aquele povo para explicar e justificar eventos aterrorizantes em que não se tinham uma explicação para determinados acontecimentos. Também serviam como motivo de união entre as pessoas para caçarem e se voltarem contra pessoas que eles suspeitavam de bruxaria, fazendo com que aquela comunidade se tivesse um senso próprio de justiça e companheirismo, para combaterem um “mal maior” (Guedes, 2017).

A depender da localidade observada, a bruxaria pode mudar suas características, podendo se assemelhar ou adquirir características de outros povos e culturas que habitam diferentes regiões. Dessa forma, é possível compreender que a bruxaria estabelecida e praticada na Europa durante a era Medieval é diferente da era Moderna, e diferente da estabelecida no Brasil do Século XVIII (Russell, 2019).

Sobre este período no Brasil é importante destacar a importância do trabalho de cooperação e resistência das mulheres negras, tanto em relação às lutas cotidianas na qual elas passavam, quanto na batalha para realizarem suas funções, possuindo papéis significativos na sociedade. As mulheres participavam de atividades como agricultura, cultivos de plantas medicinais e para subsistência, artesanato, trabalho doméstico, entre outros. Sobretudo, possuíam papel de destaque no tratamento e prevenção de doenças para as pessoas da região (Federici, 2017).

As mulheres, principalmente as idosas, eram vistas pela sociedade nesse período como curandeiras e benzedeiras, detentoras da função de cura, tratamento dos enfermos, acolhimento dos necessitados, entre outras funções. Elas eram possuidoras de um conhecimento passado por gerações, associados à natureza, do seu uso de seus recursos e aproveitamento, tendo um papel muito importante na sociedade, principalmente nos quilombos (Bezerra, 2012).

Devido à dificuldade das condições na época, bem como a ausência do conhecimento ou método científico como é conhecido atualmente, as informações eram passadas de geração em geração. As plantas medicinais que eram utilizadas no tratamento de doenças eram resultado do acúmulo de saber de décadas, utilizados com base na observação e alívio dos sintomas promovidos pelo seu uso, mesmo que a melhora ou piora fosse algo espontâneo, de acordo com o próprio curso natural da doença (Russell, 2019).

As preparações farmacêuticas dessa época além de possuírem um alto custo, ainda eram limitadas as regiões, dificilmente chegando às colônias. Somente os grandes donos de engenho, que tinham o poder aquisitivo para viajar a Europa, tinham acesso a tais preparações, e mesmo assim com um acesso ainda restrito ao tempo da viagem e as condições de saúde na qual se encontravam (Guedes, 2017).

A grande maioria da população que era pobre e/ou escrava, buscava de recursos naturais para combater os agravos à saúde. Mesmo curandeiros, boticários locais, padres e freias que proporcionavam serviço de acolhimento, e também o acesso a determinadas plantas ainda eram de difícil contato para a maior parte população. Dessa forma, as benzedeiras, geralmente mulheres negras idosas, eram o mais acessível para as pessoas naquela época (Federici, 2017).

Devido ao racismo institucionalizado na época, que perdura de certa forma até os dias atuais, associados aos demais preconceitos religiosos desse período e as relações inequívocas de alguns conceitos, muitas vezes as benzedeiras e curandeiras eram vistas como bruxas, praticantes de bruxaria ou de magia negras. A perseguição a essas práticas, bem como a errônea associação de conhecimento e uso das plantas curativas como bruxaria era mal visto pela sociedade, fazendo com que essas mulheres fossem perseguidas e até mortas (Bezerra, 2012).

A perseguição às conhecidas bruxas do período colonial no Brasil era também uma forma de reafirmação do poder da igreja católica sobre essa região, que utilizava de sua influência para catequizar, evangelizar e converter os povos. Também ocorria a perseguição como forma de domínio da população branca sobre a negra, de modo a reafirmar sua soberania e poder sobre a população escravizada (Russell, 2019).

A resistência das mulheres benzedeiras era uma forma de manter os conhecimento e culturas passados de geração em geração, remetendo se aos saberes vindo da cultura africana, associados aos da região brasileira, com uma nova e rica fonte de plantas, raízes e outras especiarias utilizadas como forma de cura. A ideia de civilidade da população escravizada era fortemente reprimida pelo Estado (Federici, 2017).

Até os dias atuais, o uso de plantas para formulações em remédios é muito importante. Conhecidos como fitoterápicos, esses remédios utilizam estruturas de plantas em sua composição, e devem possuir uma evidencia cientificamente comprovada de sua eficácia, sendo muito utilizado em regiões com pouco acesso a atendimento médico e medicamentos, e também por populações mais pobres (Guedes, 2017).

O conhecimento empírico das mulheres da época era fundamental para a manutenção do uso de plantas para curar doenças. Hoje esse uso também é chamado de Medicina Popular, e ela foi e ainda é muito importante para o conhecimento e desenvolvimento de muitos dos fármacos utilizados atualmente (Bezerra, 2012).

As comunidades que residem na floresta amazônica criaram diversas estratégias para garantir sua sobrevivência. Da própria floresta foram identificadas e utilizadas diversas plantas utilizadas para o tratamento de enfermidades. A biodiversidade e riqueza desse local, associados ao isolamento e dificuldade de acesso tornaram necessária a busca de formas locais para resolver os problemas da população residente desse espaço (Russell, 2019).

O conhecimento hereditário nessas localidades, principalmente aqueles passados entre as mulheres, foi de suma importância para a manutenção da saúde da população. Sem elas, que muitas vezes eram perseguidas, injustiçadas e violentadas, o conhecimento do uso dessas plantas seria ainda mais limitado, dificultando a sobrevivência nesse período, principalmente para as populações mais pobres e escravizadas (Guedes, 2017).

2.4 Santo Ofício

Costa e Reis (2020), parafraseado Lapa (1978) diz que em meados do século XVIII houve uma série de denúncias contra o estado do Grão-Pará. Do total de pessoas mencionadas

no livro de visitação constam 353 brancos, 55 índios, 42 negros escravos, 17 mamelucos, 6 cafuzos e 12 mulatos.

Nesse vasto e complexo território, denominado Estado do Grão-Pará e Maranhão em meados do século XVIII, mais precisamente em 1755, a estrutura populacional era branca, negra e ameríndia. A economia local baseava-se na agricultura de subsistência (fumo, algodão, cacau, café, arroz, etc.); em comparação com o mercado de açúcar no Nordeste e ouro no Sudeste, pouco se exportava, porém, essa economia de subsistência tem sido otimizada pelas ações das autoridades locais em correspondência com a metrópole (Maia, 2014).

Com aspectos bastante atrativos, para quem não o conhecia, o Grão-Pará dava a entender que em meados do século XVIII ansiava pela boa convivência. Mas nem tudo foi suave e exuberante. A sociedade paraense em 1755 era composta por brancos, negros e índios. Segundo estimativas da sociedade da época, estes últimos eram em maior número. Boa parte dos negros e índios, principalmente nos engenhos de cana-de-açúcar, trabalhavam como escravos. Outrora escravos, esses indivíduos tendiam a resistir de diversas formas aos mecanismos de repressão impostos por seus senhores (Maia, 2014).

A visita do Santo Ofício ocorreu no Grão-Pará no século XVIII, período em que já havia visitado outros lugares de outrora. Este aparato foi utilizado pela Igreja Católica para policiar a fé nas colónias distantes da pátria portuguesa, para promover os ideais cristãos e "para reafirmar o poder português nas novas terras". Se olharmos para o final do século XVI com os tribunais que existem desde 1540, é compreensível que já não vivam exclusivamente de medidas punitivas através da tortura física e da queima na fogueira (Araújo, 2013, p.1).

Assim, além da continuidade da perseguição aos hereges e das representações, a aura da vigilância foi repetidamente responsável pelos sinais de medo diante das representações de punições remanescentes, como o confisco de bens, prisões e outras possíveis violações, nos precursores da missão Visitas da Inquisição nas colônias (Campos, 1995).

O édito probatório de fé foi emitido e as pessoas estavam sujeitas a investigação na medida em que estavam dispostas a serem denunciadas e denunciadas. Assim, neste cenário de vigilância, o inquisidor visitante Geraldo José de Abranches recebeu da mesa inquisitorial dívidas pertinentes "ao conhecimento do Santo Ofício dos colonos do Grão-Pará, Maranhão, Rio Negro e adjacências (Araújo, 2013, p.2).

Não há dúvida de que todo este país está infectado de bruxas e várias superstições, ritos e abusos diabólicos, não só entre os negros, mas também entre os brancos, e esta praga está aumentando cada vez mais, e tudo isso é causado pela falta de zelo dos eclesiásticos, prelados e até mesmo por ministros seculares em casos misteriosos que afligem tudo, mesmo que haja

acusadores, e os crimes sejam processados, e como há pouco segredo nos gabinetes de justiça de um foro ou outro, muitas vezes acontece que as testemunhas temem jurar, e alguns falsamente; presumindo que os oficiais obtenham seus veredictos e conheçam os culpados e tenho ampla experiência ao longo dos anos de tudo que apoio nesta cidade e fui vigário geral lá (Federici, 2017).

O documento apresenta alguns elementos daquele contexto a partir do olhar do comissário do Santo Ofício, relatando práticas de diferentes esferas culturais que se encontravam na colônia. É possível ver o que era denunciado como desvio da fé; assim como vemos, padres também denunciados por desvios de natureza diversa de suas funções eclesiásticas (Carvalho Júnior, 2005).

Este "relatório foi apenas um entre outros dirigidos aos Inquisidores de Lisboa, e" não vamos apenas considerar as referências a superstições, ritos e abusos diabólicos que atentariam contra a sagrada fé católica, mas apontaremos para o clero ativo que continua na região, envolvidos em processos relacionados a "interesses locais, que muitas vezes os distanciavam da "correta vida religiosa". Não podemos, no entanto, deixar de dar atenção a indicação do medo" (Carvalho Júnior, 2005).

Araújo (2018) salienta que os males demonstrados nos registros criminais permitem dizer que a feitiçaria tinha pelo menos três funções: (a) explicativa – por levar em conta a singularidade do evento maléfico, ou seja, explicava os males da vida dada a ausência de uma explicação funcional; (b) função psicanalítica - como instrumento de liberação pulsional; (c) Função homogeneizadora – fazendo suspeitar de qualquer comportamento ou pessoa que se desvie da norma católica, uma vez que visa fortalecer os padrões morais aceitos pela comunidade.

As citações de "documentos históricos neste trabalho foram atualizadas para o português contemporâneo", mas preservando sua sintaxe e sem prejuízo de seu significado. O Gabinete "de Manuel de Almeida, Comissário do Santo Ofício em Belém do Pará", encaminhou aos inquisidores quatro denúncias (Araújo, 2015, p.55).

O relatório mostra que, na maioria das investigações, quem se entregou à Inquisição ou foi denunciado foi jurado por medo de punição. Diante disso, temos a referência dos Comissários a este tipo de procedimento, que era um dos objetivos do Santo Ofício.

Branco, negro, índio e mestiço, ninguém denunciado por suspeita de atitudes heréticas foi poupado pelos inquisidores. Eles foram convocados um a um. Com a denúncia, o inquisidor tinha o dever de ordenar a presença do denunciado, das testemunhas e dos delatores perante o presídio. Mas cabia ao representante do Santo Ofício provar que a Santa Madre Igreja foi

misericordiosa e que se o acusado confessasse suas faltas, seu pacto era com o diabo e ele percebeu que só existe um Deus e que Deus é um só, fosse cristão, seria punido sem ter que fazer o julgamento final: o espetáculo do terror, ou seja, a morte na fogueira (Maia, 2014).

De fato, o medo do Santo Ofício mobilizou muitos dessa comunidade a emigrar para várias regiões europeias e coloniais para fugir do frenesi inquisitorial da perseguição. Por outro lado, alguns dos seus mecanismos de punição, como a pena de exílio, levaram adicionalmente à deslocalização dos arguidos por todo o Império, por vezes à repetição de comportamentos heréticos nos locais onde estas penitenciárias eram condenadas, como foi o caso da muitos feiticeiros (Calainho, 2022).

Sobre os convívios descritos "nos documentos trocados entre as autoridades religiosas, podemos supor que" várias aldeias em da região foram alvo das denúncias por religiosos locais. Dentre "eles podemos citar o quarto Bispo do Grão-Pará, Irmão João de São José Queirós. Durante as suas visitas pastorais fez as seguintes observações" à sua chegada à Vila de Bragança, segundo Araújo (2015, p.51):

> Chamavam-se neste estado missionários religiosos que serviam nas quintas por exigência dos seus mosteiros e dos empreiteiros mais experientes; esta sociedade foi tornada transcendente pelas outras ordens, por isso encontrei missionários regulares chamados ao Pará, escandalosos com mancebias e assassinatos, usuras e tiranias [...] (Moura, 2009, p.193).

Diante dessa situação, é oportuno colocar em perspectiva "a atuação do clero no Grão-Pará". Além das irregularidades mencionadas acima em relação à atuação de "alguns vigários, o bispo criticou a atuação dos missionários da região, principalmente dos jesuítas". Estes últimos haviam sido expulsos quando o bispo Queirós chegou "ao Grão-Pará, mas, como discutido no capítulo anterior, foram eles os principais responsáveis pela conversão dos indígenas e contribuíram para o domínio espiritual dessas terras por quase duzentos anos (Araújo, 2015, p.51).

Com essa premissa em mente, avançaremos nos recortes temporais para contextualizar brevemente o advento do Santo Ofício. Para isso, avaliaremos a ação do "Bispo João de São José Queirós", citado acima, para conhecermos as características do Grão-Pará no século XVIII e a população desta área, que já teve demais experiências da atuação de ordens e obras religiosas, movida pela Igreja que se instalava na colônia (Araújo, 2015, p.51).

A pesquisadora Blenda Moura realizou um estudo sobre a vida e obra do Padre Dr. João de São José Queirós de Portugal, através de sua experiência como bispo em Grão-Pará, até o momento em que devolver a diocese à corte.

O bispo João de São José Queirós chegou ao Grão-Pará e assumiu o bispado em 4 de setembro de 1760. Era beneditino, homem de letras que foi escolhido para governar a "diocese e cuidar da vida religiosa da população do Grão-Pará em substituição ao Bispo Miguel de Bulhões". No desempenho desta função, realizou uma visita pastoral às várias aldeias da região com o objetivo "de conhecer a vida religiosa destes lugares. Por meio dos relatos de suas visitas encontramos" testemunhos da paisagem da colônia, entre os quais podemos perceber interessantes elementos do cotidiano colonial (Araújo, 2015, p.52).

Segundo as primeiras constituições da Arquidiocese "da Bahia (1707), as funções dos bispos nas visitas" às autoridades diocesanas foram espirituais e seculares. "Segundo Caio C. Boschi, a primeira deveria se delimitar à inspeção da igreja e à atuação dos padres", enquanto a segunda se referia "ao controle e admoestação dos pecados públicos por meio" de interrogatórios, que seriam registrados em livros de deboche. Essas foram as orientações dadas aos padres na busca de "desvios do que ditava a Igreja, principalmente nas regiões distantes do Reino" (Araújo, 2015, p.52).

No entanto, essas orientações não foram seguidas à risca pelo Bispo Queirós. Ao longo de sua atuação no estado, o prelado fez o que achou melhor para livrar a região dos desvios já mencionados no início "deste capítulo pelas denúncias do comissário do Santo Ofício, bem como outros desvios da fé" sustentada por o religioso conheceu em sua passagem pelo lugar (Araújo, 2015, p.52).

Esses ""desvios" foram estudados por Carvalho Júnior como reminiscências de práticas nativas, que, mesmo diante da conversão e civilização impostas pelos missionários", ainda conservavam alguns de seus traços tribais vistos pelos religiosos como heresias e idolatrias. Essas ações foram fruto de uma nova situação em curso, principalmente para os indígenas, que não só deixaram de viver apenas em sua cultura particular, como também participaram desse novo universo que se desenhava (Araújo, 2015, p.52).

Estamos nos referindo aos cristãos indígenas editados pelo autor, são aqueles que há muito se distanciaram de seus grupos étnicos de origem, vivem em aldeias e depois aldeias e comungam com o universo. A este respeito, o bispo desempenhou as suas funções de acordo com o que considerou medidas oportunas e por estas razões fez várias investigações e expulsou vigários envolvidos em irregularidades (Pesavento, 2003).

Podemos indicar a dureza da ação de Queirós tomando como registro suas memórias, nas quais ele menciona um padre chamado Nazário de Novaes que esteve envolvido nas referidas licenças cometidas pelo clero daquela área.

> Não mais o chamarei ao serviço da Igreja, vista a escandalosa incapacidade a que a desordem de beber e de viver tem reduzido em todo este estado a sua pessoa, prostituída a reputação, como, nas estradas de Coimbra, a do mais vil moço de mulas, ou n'este estado a do índio mais perdido... Reputando com mágoa de nosso coração a indecência que resulta de lançar mão ao tremendo cálice de Jesus Cristo, sem receio de que seque o braço que se anima, não digo como [Oza], a sustentar a raça do testamento, porém a tocar em o maná ou hóstia imaculada com as mesmas mãos com que sustenta o copo dos infames sacrifícios do Baco; para que não misture pois o sagrado com o profano... lhe ordenamos se abstenha de dizer missa [...][1].

No trecho, o bispo afastou o padre Nazário de suas atividades após atribuir-lhe desrespeito e observar que o padre bebia indiscriminadamente e até negligenciava os deveres que lhe eram atribuídos pela Igreja. "Este foi apenas um dos casos" que o Bispo Br. referente à. João de São José Queirós, que trabalhou no estado do Grão-Pará até 1763 (Araújo, 2015, p.53).

Ao longo de sua gestão diocesana, o bispo Queirós despertou inimigos por sua atividade fiscalizadora, inclusive desaprovada" pelo governador do estado, Manuel Bernardo de Melo e Castro (1759-1763)". Nesse caso, as ações imprudentes dos bispos "levaram o governador a denunciá-lo como "ambicioso e comerciante" na seguinte carta de 2 de novembro de 1762 (Araújo, 2015, p.53).

São tão públicos e notórios os factos desordenados que o nosso prelado protagonizou durante os dois anos que viveu neste estado, que não os tinha representado, Excelência, supondo que as vozes das pessoas se comunicavam pelos canais, e as pessoas que tenham ido a este prato, terão alcançado a branca presença de Vossa Excelência; e porque vivia na esperança de que "o dito prelado, vendo e sabendo por experiência e tradição"[2] do povo, as sempre louváveis ideias de Vossa Excelência e as tão úteis instituições que aqui deixou, mudassem sem que fosse para mim seria necessário informar a Vossa Excelência Exa. das suas perturbações, das quais não posso prescindir devido ao local onde me encontro, pelo que aprendi o V imposto pela colonização e ainda reavivei memórias da sua cultura tribal (Araújo, 2015, p.54).

Além dessa denúncia de que eram notórias suas más práticas na diocese, era mal vista sua posição entre os índios, obra vital no estado, e por muitos anos alvo de disputas entre

[1]Memórias de Fr. João de S. Joseph Queiroz Bispo do Grão Pará/ com uma extensa introdução e notas ilustrativas por Camillo Castello-Branco. Porto: Typ. Da Liv. Nacional, 1868. p. 15

[2]AHU, (Projeto resgate), Pará, Cx. 53, Doc. 4863. Ofício do governador e capitão-general do Estado do Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as ações desajustadas que tem sido praticadas pelo bispo do Pará, [D. fr. João de São José Queirós], acusando-o de ser ambicioso e comerciante. 2 de Novembro de 1762. Documento que também foi citado no trabalho de Blenda Moura, analisando os aspectos que podem ter levado a retirada do bispo da diocese. Ver: MOURA, Blenda Cunha. Intrigas Coloniais a trajetória do Bispo João de São José Queirós. (1711-1763). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em História, Amazonas, 2009. p.144.

colonos e missionários. Diante dessa situação frágil, “movida por múltiplos interesses, o bispo Queirós” utilizou mão-de-obra nativa para o comércio pessoal de forma não autorizada pela legislação vigente. Prática tão condenável, pois os “jesuítas já haviam sido expulsos por” administrar mão-de-obra indígena para fins privados da ordem, interferindo nos interesses da metrópole (Araújo, 2015, p.54).

A atitude do bispo relembrou aos governantes da época as experiências que tiveram com os missionários, o que foi outro agravante na denúncia dos governadores e na comparação do bispo Queirós com os jesuítas. Desta forma, as informações acima acabaram por contribuir para a atitude impulsiva do prelado que contribuiu para o seu impeachment (Campos, 1995).

Outro “fator que pode ter contribuído para o envio da ordem régia” significando sua saída da diocese foram suas propostas de orientar o clero sobre a descendência indígena, justificadas “pelo clérigo para facilitar a redução” dos pagãos. Porém, isso não fazia parte de suas responsabilidades, pois esse tipo de abuso envolvendo clérigos foi denunciado pelo Diretório dos Índios, Manuel Bernardo de Melo e Castro, publicado no Pará e no Maranhão, para “o [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as ações” impróprias do Bispo do Pará, D. fr. João de São José Queirós e acusou-o de ambicioso e empresário (Araújo, 2015, p. 54-55).

Documento também citado na obra de Blenda Mouras, analisando os aspectos que podem ter levado o afastamento dos bispos da diocese. Francisco Jorge dos Santos discute os problemas do uso de trabalhadores locais e a divisão da Amazônia e os conflitos decorrentes (Mattos, 2009).

A análise de sua atuação pouco notada na diocese foi um dos aspectos interessantes sobre os quais Blenda Moura trabalhou, revelando as nuances da brilhante personalidade de D. Queirós que marcaram o ritmo de suas ações. Assim, a nomeação do bispo Queirós gerou críticas mordazes e acabou por não responder positivamente aos interesses postulados pelo futuro Marquês de Pombal (Azevedo, 1930).

A par destas razões, outro elemento que ligava a viagem do Bispo à chegada da Inquisição era o seu envolvimento na destruição de documentos que teriam sido do conhecimento do Santo Ofício. O caso foi investigado pelo Inquisidor com base em um resumo de testemunhas, uma das primeiras que o Inquisidor listou em uma visita de estado (BURKE, 2008).

Nela, “o bispo diz que destruiu os papéis” porque entendeu “ser essa a intenção do comissário Caetano Eleutério de Bastos ao dizer que o documento não tinha validade” em

relação a uma certa blasfêmia do mestre-de-campo Antônio Ferreira Ribeiro (Araújo, 2015, p.55).

Voltar para a pessoa do bispo livremente, Castoriadis (1999) comenta que o prelado jogou habilmente com a ironia e isso pode ter sido responsável por seu envolvimento nos casos citados e por não ter medo de dizer e fazer o que queria ou mesmo o que não estaria bem seu pedido. No que diz respeito à sua atuação, suas divergências com o clero secular tornaram-se interessantes para nossa discussão.

Segundo Araújo (2015, p.55), as intrigas marcaram sua interação com o clero local, principalmente quando o bispo se sentiu ofendido em sua autoridade. Nesse contexto, houve denúncias de abuso das provisões exigidas pelo bispo para a realização dos trabalhos da diocese. Encontramos evidência disso no documento em que o governador relatou os excessos do bispo nos valores dos documentos emitidos pela câmara eclesiástica.

Além de afastado da diocese por decreto régio, o bispo também teve de prestar explicações ao inquisidor sobre os documentos relativos à denúncia contra o general Antônio Ferreira Ribeiro, "que teria sido acusado de blasfêmia" e queimado pelo prelado (Araújo, 2015, 56).

Por causa dessas e de outras queixas, cresceu na região um sentimento de insatisfação com o capelão, pois quando se pensa na denúncia do governador, pode-se imaginar a péssima fama do capelão. Diante disso, devemos levar em conta que o clero trabalhou neste local em um período posterior à expulsão dos jesuítas, seguindo uma lógica relacionada ao cotidiano do Grão-Pará. Portanto esta ligação pode não ter sido compreendida pelo Bispo Queirós (Russel; Alexander, 2019).

Não queremos afirmar que o clero obedeceu fielmente à lei ou que não houve desvios das normas da religião católica, mas enfatizamos que havia especificidades da região que precisavam ser atendidas. Conforme discute Carvalho Júnior (2005), essas singularidades eram fruto da dinâmica da colônia, que tinha uma forma própria de se apresentar diante das relações estabelecidas entre esses representantes da metrópole e a população, sejam eles índios, colonos, mulheres, sob outras.

Práticas mágicas (como feitiçarias, superstições, curas milagrosas, feitiços etc.) deixam claro que foi necessário que esses negros e crioulos se impusessem ao regime escravista por meio da negociação para continuar vivenciando antigas tradições religiosas, mesmo como novas cristãos, e resistindo. Os africanos entenderam que as histórias de feitiçaria e bruxaria eram temidas nas mentes das pessoas do século 18, levando muitos a recorrerem ao seu ofício (Maia, 2014).

Laura de Mello e Souza (2017) afirma que para entender a dinâmica colonial é preciso olhar tanto pela ótica da flexibilidade do sistema vigente quanto pelas políticas implementadas na metrópole, pois estes casos surgiram quando se reflete sobre as situações específicas vividas nas diferentes colônias.

2.5 A bruxaria atualmente

O simples fato de ser mulher já apontava uma grande chance de a pessoa ser bruxa, as pessoas acreditavam que ser mulher era ser suscetível ao pecado. Ou seja, estar suscetível ao pecado é a mesma coisa que cultuar Satã. Muitas mulheres se consideram bruxas, contudo, não da forma negativa. Para elas, o movimento está ligado diretamente com uma conexão com o natural, com o autoconhecimento e com a liberdade (Russel; Alexander, 2019).

As práticas realizadas por elas hoje (e antigamente também) são associadas com o uso de elementos da natureza para purificar o corpo e proteger a própria casa. Ou seja, cada mulher segue um ritual diferente para diversos motivos. Como por exemplo saber os ciclos lunares e para que cada fase é melhor, como início de algo novo ou plantação (Abreu, 2006).

Além disso, o uso de ervas, cristais, meditações e chás também auxiliam em processos de limpezas e de extração de energias positivas. Aliás, contradizendo todo o histórico de feiticeira má, existe uma ética entre elas que não se deve fazer nada por alguém sem o consentimento prévio (Federici, 2017).

Portanto, não existe essa história de fazer mal a alguém para conquistar algo. Aliás, elas também trabalham para entender e aceitar que existe um equilíbrio entre as energias negativas e positivas. E por fim, no Dia das Bruxas, essas mulheres celebram apenas o vínculo com a essência do Universo, relembrando mulheres antigas que morreram por tentarem manifestar suas vontades e anseios (Russel; Alexander, 2019).

CAPÍTULO II

3 A CONSTRUÇÃO DA FAMA DAS MULHERES COMO BRUXAS, FEITICEIRAS E SUAS PRÁTICAS MÁGICAS CURATIVAS NO ESTADO DO GRÃO-PARÁ

Este capítulo busca tecer uma discussão sobre o protagonismo das mulheres que se relacionam com a feitiçaria e o imaginário delegado a essas mulheres ao longo da história.

3.1 O protagonismo de mulheres que se relacionam com a feitiçaria

Bruxa, Feiticeira, Feiticeira, Adivinha, Vidente, Mágica, Maga, Necromante, Lâmia, Xamã, Mulher Sábia, Sacerdotisa, Pitonisa são alguns dos termos associados a esta mulher que manifestou algum conhecimento de - presságios, adivinhações e ainda manifestando, bênçãos, curas através de ervas, entregas e orações - adoração de um mundo invisível, mágico, misterioso e luminoso sobre o qual o conhecimento científico e racional tem muito pouco a explicar e provar (Dias; Cabreira, 2019).

A construção do modelo de feiticeira estava diretamente relacionada à imaginação masculina e à atitude feminina. Estas sempre se caracterizaram por contradições que oscilaram entre a admiração e a hostilidade violenta e repressiva. Pode-se dizer que essa própria contradição é resultado de uma natureza feminina ambígua (Silva, 2012).

Para alguns autores, porém, a prática da feitiçaria é incompatível com os deveres da vida familiar. A atividade não se limita ao conhecimento técnico; a total disponibilidade que a feitiçaria exige - vivência ascética, exigência de rituais no meio da noite ou madrugada, ameaça constante de doença grave ou morte - não se coaduna com os deveres da mãe, de onde provém o grande número de bruxas solteiras poupado, viúvo ou sem filhos (Hanciau, 2009).

O estereótipo da feiticeira diabólica finalmente se estabeleceu na era moderna em termos de cultura escrita. Apesar disso, o modelo da feiticeira tem raízes em tempos distantes em suas principais vertentes, principalmente aquelas que mais se destacam neste período. Talvez a salvação da antiguidade promovida pelo Renascimento seja responsável por esse acordo tão claro (Silva, 2012).

Silva (2012) menciona que a feiticeira mais famosa da antiguidade é Circe, dos poemas homéricos seculares, que moldou a imaginação européia alimentando o medo das bruxas. Segundo Hesíodo, Circe é filha de Perses, portanto irmã de Hécate. Em outros textos da mitologia grega, ela aparece como filha do rei Eetes e da própria deusa Hécate, que é comumente equiparada a Perseida. De qualquer forma, o parentesco entre a deusa da magia e a feiticeira homérica é inegável. Circe se enquadra no padrão de divindade analisado até aqui,

muito por causa de seu aspecto ambíguo: deusa do amor físico, bela e encantada. Ela também possui aspectos funerários e conhecimento do submundo, afinal é Circe quem orienta Ulisses a entrar no mundo dos mortos e nele sobreviver, pistas sem as quais nosso herói não poderia ter continuado sua aventura.

O epíteto deusa das belas tranças dado por Homero na Odisseia nos lembra que Circe, como Hécate, era geralmente aparentada com Moiras, que tecia o fio da vida humana e exercia poder sobre ela. Nossa feiticeira é hábil em muitas feitiçarias e se destaca na arte de filtros, remédios, venenos e encantamentos que exigem um grande conhecimento de ervas. Escritores antigos como Homero, Hesíodo, Ovídio e Plutarco registraram suas façanhas, garantindo-lhe um lugar na imaginação e na lenda ocidental. (Silva, 2012).

Se olharmos para o contexto histórico da Idade Média, veremos que as bruxas podiam ser parteiras, enfermeiras e suas auxiliares. Eles conheciam e entendiam o uso de plantas medicinais para curar doenças e epidemias nas comunidades em que viviam e, consequentemente, tinham grande poder social. Muitas vezes, eram a única possibilidade de atendimento médico para as mulheres e os necessitados financeiramente. Eles foram médicos desqualificados por muito tempo. Aprenderam o ofício umas com as outras nas vigílias e passaram esse conhecimento para as filhas, vizinhas e amigas (Vieira, 2018).

3.2 Direcionamento da feitiçaria à mulher

Ao retomar a história da feitiçaria, é importante lembrar que: a) magia, bruxaria, feitiçaria, superstição em geral e religião se misturaram sem interrupção na Idade Média, "Renascimento, até o século XVII; b) na história das fogueiras em que" tantas mulheres foram queimadas, não há distinção clara entre os diversos tipos de feitiçaria, mas sim "ambiguidades e grande confusão semântica; c) Muitas vezes misturados", sobrepostos, sobrepostos, apoiando-se e opondo-se mutuamente, o paganismo, o cristianismo, a magia, a feitiçaria, a feitiçaria e a "religião estiveram presentes em todos os tempos" (Hanciau, 2009, p.76).

Além disso, o entendimento era que toda feitiçaria brota da luxúria carnal, insaciável nas mulheres, deformada desde o início (surgida de uma costela torta nos homens). Essa imagem suspeita atravessou os séculos e certamente influenciou os juízes do Renascimento, que a julgaram impiedosamente. Por seu papel dentro da família, controlando a alimentação, cuidando dos filhos e dos doentes, as mulheres teoricamente poderiam prejudicar, envenenar mais facilmente do que aquelas que trabalhavam fora de casa. (Hanciau, 2009).

De acordo com Lemos (2018) ao longo das sociedades que a experiência humana registrou, as mulheres foram submetidas a convenções culturais estabelecidas a mando da

dominação patriarcal em nome da diferença biológica e dos papéis sociais que lhes foram conferidos.

Essa supremacia, construída sobre a mecanização dos meios de produção, a criação de formas mais sofisticadas de vida social e o estabelecimento de hierarquias para controlar a vida coletiva e a propriedade, relegava as mulheres a condições subordinadas do espaço reservado à esfera doméstica. Desta forma, a desigualdade consensual levou à destruição do potencial de desenvolvimento das mulheres, que poderia servir à emancipação pessoal e ao desenvolvimento da humanidade (Lemos, 2018).

Embora a subjugação das mulheres aos homens estivesse bem estabelecida na cultura ibérica moderna, na vida cotidiana as mulheres tinham algumas estratégias para lidar com seu estado de inferioridade. Uma dessas estratégias era a prática da feitiçaria, cujo objetivo muitas vezes era adoçar a relação entre os sexos no cotidiano de um casal, sem minar a supremacia masculina, mas adoçá-la sempre que possível (Souza 1968 *apud* rocha, 2013)

Para Valentini (2010) os curandeiros antigos e medievais não eram apenas especialistas e mestres das plantas medicinais em geral, mas também especializados em abordar questões próprias do universo biológico feminino, como menstruação, gravidez, parto e aborto. Portanto, com a ajuda do uso de plantas, eles enfrentaram e tentaram resolver todas essas situações.

Estas situações, que naquela época eram reservadas quase exclusivamente às mulheres e, portanto, excluídas do mundo dos homens. Assim nasceu uma visão enigmática de mulheres, seres capazes de salvar e criar vida, mas também uma ideia de um ser maligno capaz de trazer a morte. Isso nasceu do mistério que por muito tempo assustou os homens, dos quais sangrando (na forma de menstruação) eles não morreram, mas regeneraram suas forças vitais e deram vida (Valentini, 2013).

Desde Salem, as mulheres na prática da chamada feitiçaria vêm repensando os métodos tradicionais da ciência, que geralmente relegavam para segundo plano questões que afetavam diretamente a vida das mulheres na esfera privada, como violência, invisibilidade do trabalho doméstico e parentalidade diferenciada. E no espaço público: salários desiguais, falta de paridade na representação política.

De acordo com as leis da bruxaria, não podemos considerar nenhum feitiço bom ou ruim. Essa noção de bem ou mal depende da intenção da pessoa que prepara o feitiço. Portanto, a criação de algo além do bem e do mal permitiria às mulheres operar em um amplo campo científico, mesmo que ainda muito limitado por crenças religiosas. Toda uma hierarquia de um sistema patriarcal seria ameaçada por esta atacante. Qual seria a única maneira de parar esse

avanço? A caça às bruxas! A caça às bruxas durou aproximadamente três séculos, iniciando-se em 1450 e terminando em 1750 com o advento do Iluminismo (Ferreira Genovese, 2022).

A crença na eficácia das fórmulas inspiradoras divinas, nas superstições, nas simpatias e antipatias para resolver doenças e esclarecer questões não respondidas tem sido o conhecimento que norteou a sociedade através dos tempos. No século XVII, entretanto, uma distante mudança na mentalidade da classe erudita começou a ser encorajada, e sua causa está na revolução científica que recebeu seu ímpeto da filosofia mecanicista, da obra de Copérnico, das realizações de Galileu e Kepler, e filosofia cartesiana (Tosi, 1998 *apud* Ferreira Genovese, 2022)

Com isso, o conhecimento científico ganhou importância e prestígio em detrimento do universo místico. No entanto, essa mudança de paradigma não ocorreu de forma fácil e pacífica. Nos séculos XVI e XVII, a Europa estava no auge da perseguição às práticas conhecidas como bruxaria; esse movimento levou à grande caça às bruxas.

Nesse período, a maioria dos homens da época estava obcecada em erradicar da sociedade as forças demoníacas da feitiçaria, e isso era encorajado e apoiado por altos membros da igreja e do governo (Tosi, 1998). Os curandeiros que ousaram experimentar, explorar e estudar a natureza para entendê-la foram rejeitados e condenados à morte, o que infelizmente é apenas mais uma prova da injusta supressão do saber feminino (Ferreira Genovese, 2022)

Através de dados históricos, estudo científico e fatos reais do cotidiano relatados pela mídia, constatamos que a Trajetória das mulheres, ao longo dos séculos tem sido marcada por muitas desigualdades, injustiças e preconceitos. Eles encontraram esses obstáculos não apenas em uma ou duas áreas sociais, mas em várias, por exemplo na família, na área religiosa, política, artística, filosófica, educacional, etc.

No âmbito científico, os obstáculos enfrentados pela personagem feminina não foram diferentes. Antes que o conhecimento científico se consolidasse como uma forma verdadeira e confiável de investigação, experimentação e verificação de certos saberes, a tradição mágica funcionava como uma das principais formas de explicar as inseguranças humanas (Ferreira Genovese, 2022).

3.3 Práticas Mágicas Curativas de Mulheres na Amazônia no Estado do Grão-Pará

3.3.1 A visitação do Grão-Pará

As práticas de magia e feitiçaria, de fato, foram preocupação das autoridades eclesiásticas no Brasil colonial entre os séculos XVI, XVII e XVIII. A imaginação do homem europeu moderno reforçou ainda mais a noção constante de choques entre o bem e o mal, deus e o diabo (Moraes, 2016).

Na primeira metade do século XVIII o estado do Maranhão e do Grão-Pará passou por várias epidemias, das quais se destacam os surtos de varíola nas décadas de 1720 e 1740 e o sarampo em 1748 -1750. Essas epidemias marcaram fortemente a região e se tornaram um dos principais fatores da dizimação de povos indígenas (Souza, 2013).

Durante o processo de colonização, os índios foram gradualmente reduzidos, seja pela escravidão ou como vítimas de epidemias ou guerras frequentes. Os assentamentos facilitaram a transmissão de doenças entre os povos (Souza, 2013) e por conta do grande impacto dessas doenças, e ou epidemias, destacaram-se os curandeiros, ou feiticeiras no dito popular.

Após o Concílio de Trento, cujas medidas chegaram à colônia portuguesa, inaugurou-se um cenário ideal para as investigações do Santo Ofício português sobre heresias e crimes contra a fé católica, pois, como afirmam alguns historiadores, vieram os portugueses para o Brasil numa época em que a presença de Satanás era particularmente pronunciada entre o povo e todos esses monstros, feras, seres diabólicos e os próprios colonos também eram feiticeiros. Nesse sentido, além de essa imagem que os portugueses criaram dos colonos, ficou claro que viver em colônias ao sul dos trópicos criava um estigma de pecado pleno e heresia constante (Moraes, 2016)

Vainfas (2007) descreve a primeira visitação do Santo Ofício como o grande momento de abertura da ação da Inquisição no Brasil – o Estado português e a Igreja Católica contra reformista tentaram subjugar as massas de súditos e crentes de forma mais decisiva ao seu poder e tentar limitar o menor para controlar detalhes da vida cotidiana da população.

Entre as visitas que a Inquisição portuguesa efetuou na América, aquela ocorrida na região do Grão-Pará – foi a última visitação conhecida no Brasil e considerada a mais longa (1763-1773) O Tribunal da Santa Inquisição nasce com o objetivo principal de proteger a ortodoxia da fé católica das heresias que insistem em se espalhar em diferentes partes do cristianismo (Silva, 2012).

Esta visitação resgatou ritos há muito abandonados no espaço colonial e trouxe à tona denúncias e denúncias sobre magia e feitiçaria - aspecto que não havia sido enfatizado em incursões anteriores da Inquisição na colônia. Adivinhação, feitiços com propósitos amorosos ou danos, remédios de cura, entre outras coisas, difundiram-se no cotidiano colonial como uma forma encontrada por essas pessoas para resolver problemas pessoais, tais como: busca de objetos ou animais perdidos e cura de doenças isso a afetou (Moraes, 2016).

A visitação do Grão-Pará ocorreu entre 1763 e 1773, quando Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, havia realizado muitas intervenções políticas na Amazônia portuguesa, como a criação do Diretório de índios (1755), em que os fez vassalos do rei. Anos depois dessas medidas, a visitação atingiu a região norte e permaneceu por dez anos (Moraes, 2020).

3.3.2 Índia Sabina

A visitação que consta no Livro de Visitações do Santo Ofício da Inquisição no Estado do Grão-Pará (1763-1769) é marcado por denúncia de práticas heréticas. Mesmo em diferentes cenários, o poder inquisitorial se fez presente sempre em busca de uma normatização religiosa e moral o que leva a denúncia de crimes como práticas mágicas frequentemente encontradas no Livro da Visitação do Grão-Pará e também no "Arquivo Nacional da Torre do Tombo", no qual permite, listar o caso de uma curandeira em especial chamada índia Sabina (Calainho, 2022).

Como se pode imaginar, em meio a denúncias, investigações e julgamentos, mais uma vez os índios e mamelucos não se ausentaram dos planos da Inquisição. Com familiares e comissários trabalhando em praticamente todas as capitanias, não tardaram a denúncias contra os índios e seus descendentes de todas as partes da colônia e, como disse de forma mais geral, os autos contra esse segmento da população também cresceram muito ao longo do século XVII, o que ajudou a ampliar os livros de cadernetas do Ministério Público, que continham todas as denúncias enviadas pelos representantes da fé (Santos, 2016).

Uma das mulheres acusadas de bruxaria em Belém foi, sem dúvida, Sabina. As denúncias contra ela foram registradas entre 1747 e 1767, abrangendo todo o período de maior atividade da Inquisição em terras paraenses. Houve denúncias de superstição, pactos com demônios, adivinhação, feitiçaria e bruxaria, mas não há notícias de que ela foi condenada pelo tribunal do Santo Ofício (Santos, 2016).

Em seu registro estão três acusações de bruxaria que foram denunciadas durante o período de visitação. Era índia, tinha 40 anos (na época da visita), casada, residente em Belém

e trabalhava como forra para Bento Guedes e após sua morte morou com um monge (Araújo, 2022).

Em 1747, tornou-se pública a ajuda de Sabina ao enfermo governador do estado do Grão-Pará, João de Abreu Castelo Branco. Chamada ao palácio, Sabina descobriu um feitiço contido em uma parede de barro no quarto onde ficava a cama do governador (Santos, 2016).

Novas denúncias foram feitas contra Sabina ainda durante o período de visitação. Em 1763, um compatriota, Manuel de Souza Novais, procurou o Inquisidor para lhe contar o que lhe acontecera cerca de sete anos antes, quando a grande mortalidade assolava sua família e a escravidão. Alguns feixes de coisas desconhecidas, que eles consideram maldições e feitiçaria. Ao ouvir falar de Sabina - a famosa descobridora de feitiços - o compatriota achou melhor procurá-la no Rio Acará, onde ela morava na casa de Bento Guedes.

Os rituais realizados por Sabina, cujas denúncias abrangem um período mais de duas décadas, mostram como a índia mudou suas práticas ao longo dos anos. Sabina que era escrava nas primeiras denúncias e no bento morava na fazenda Guedes, além de sua famosa sabedoria de feitiçaria, ela fazia o uso de defumadores de ervas, respirações e sugar; mais tarde, já liberta e morando na capital paraense, a índia é descrita nas denúncias, além de suas conhecidas práticas, por manter o uso de palavras católicos, água benta e exorcismos da Igreja, tudo para curar mais rápido (Santos, 2016)

A índia é colocada como aquela que tem uma cruz no céu de sua boca, dado seus bons resultados nas curas. Em denúncia feita por Raymundo José Bitencourt ele confessa em 1767 que quando sofria gravemente de seus olhos, ouviu falar de um índio que fazia curas. Então ele mandou chamá-la, assim que chegou, Sabina pediu um cachimbo com tabaco e fogo, após fumar um cachimbo pequeno, colocou a fumaça em uma tigela e jogou a fumaça do tabaco nos olhos, o que fez antes e depois ação cruza com o dedo polegar na testa. Segundo a requerente, poderiam ser entendidas algumas palavras da índia: Pai, Filho, Espírito Santo e Virgem Maria (Araújo, 2022).

Então a índia fumou o cachimbo e com ele fumou o olho direito dela, então ele liderou sua própria língua. Ela então vomitou o que parecia ser uma mistura de peixes e larvas, entregou para a esposa do denunciante, mostrou que o animal estava inchado, abriu e apontou para vários filhotes mortos. Sabina explicou que o objetivo da fumaça era matar os animais que estavam dentro do olho e que se continuasse o olho dela morreria. Então ela realizou os mesmos procedimentos no outro olho e cuspiu que havia encontrado areia e cinzas. Quando ela voltou no dia seguinte, ela repetiu as mesmas ações. Uma vespa vomitou de seu olho esquerdo e ele não conseguiu ejetar nada do outro (Moraes, 2020).

Sabina usou recursos híbridos que se estendem do catolicismo à medicina europeia. O ato de cachimbar, usar a língua e cuspir animais ou sevandijas, era uma ação comum na cultura indígena durante processo de cura. Suas preces eram compostas de “Padre, Filho, Espírito Santo e Virgem Maria” e uma de suas recomendações era o uso de água benta e dos exorcismos da igreja, uma vez que estes eram considerados remédios (Santos, 2016; Moraes, 2020; Araújo, 2022)

Suas práticas rituais incluíam a Cruz, a Virgem Maria, a Trindade Católica: Pai, Filho e Espírito Santo, com elementos indígenas como o uso do cachimbo, o fumo, uma língua estrangeira e outros. Sabina também era conhecida por ser uma bruxa boa, lutando contra feitiços malignos e curando pessoas doentes. Povos de diversas origens recorriam às práticas mágicas de cura dos índios Sabina para resolver enfermidades. Assim entendemos que o uso de práticas mágicas era algo natural que posteriormente foi demonizado (Araújo, 2022)

O mesmo aconteceu com o governador do Grão-Pará, João de Abreu Castelo Branco, que estava doente e participou de um ritual de cura para a índia. Ela encontrou um pacote muito antigo na parede de seu quarto e alegou que não foi feito para o atual governador, mas para o antigo que ali residia e morreu. Identificado isso, a índia realizou o costumeiro ritual do incenso com um cachimbo, soltou a fumaça sobre o governador e fez três bichos vivos do tamanho de um grão de bico, que ficaram moles e logo se desfizeram. Ao sair do local, o governador desconfiou do mal que a índia fazia ao adivinhar e revelar coisas que estavam escondidas (Santos, 2016; Araújo, 2022).

Do ponto de vista das relações sociais, essas práticas garantiram a essas mulheres autonomia, oportunidades de sobrevivência e status social importante. Eram mulheres muito procuradas para curar problemas de saúde e mágicos, e também eram temidas por seu poder.

3.4 Ritos curativos

De acordo com a historiografia, podemos evidenciar que o Brasil colonial foi um período marcado pela diversidade cultural, com a presença de povos indígenas, africanos e europeus. Essa diversidade se refletiu também nas práticas de cura, que incluíam tanto a medicina tradicional quanto os ritos mágicos. Os ritos mágicos curativos são práticas baseadas na crença de que a doença é causada por forças sobrenaturais, podendo incluir o uso de amuletos, feitiços, orações, entre outros. De acordo com Lobo (1982) "as práticas curativas no Brasil colonial eram diversas e refletem a diversidade cultural do período. Os povos indígenas,

africanos e europeus tinham suas próprias práticas, que se misturaram e deram origem a novas práticas".

Pinto (2003) afirma que “as mulheres desempenharam um papel central na realização dos ritos mágicos curativos no Brasil colonial. Elas eram as principais curandeiras, benzedeiras e sacerdotisas”. Os ritos mágicos curativos no Brasil colonial eram variados, dentre as práticas de cura, destacam-se: a benzedura, é recitada orações e gestos sobre o enfermo, com o objetivo de expulsar o mal; a cura espiritual, realizada por um líder religioso, usada para curar o doente espiritualmente; a cura com minerais, usados para a fazer amuletos e outros objetos afim de proteger o doente e a cura com plantas e ervas que são preparadas de diversas formas, incluindo chás, cataplasmas e banhos. Cunha (2008) elucida que “os ritos mágicos curativos eram baseados na crença na ação de forças sobrenaturais, como espíritos, deuses ou animais”.

Michelet descreve sua feiticeira, ora raivosa e venenosa, ora aventureira em busca de ervas medicinais, secretamente ao amanhecer, “quando menos temia ser descoberta”. No entanto, difundiu-se a crença de que todo conhecimento vem dos médicos, dos semiescolásticos, “reconhecidos pelas suas roupas, seus dogmas e pela rigidez de seus hábitos” (Hanciau, 2009, p.81).

Segundo Moraes (2019) a padronização do uso de plantas por médicos, cirurgiões e farmacêuticos ressignificou as receitas e práticas desses profissionais metropolitanos

O termo crença significa crença ou confiança em algo ou alguém, geralmente associado ao divino ou aos elementos místicos. A crença na cura está presente em quase todos os ramos religiosos e potencializa o efeito curativo.

Ou seja, os rituais ou orações eram elementos que complementavam a eficácia das ervas e emplastros manipulados e aplicados. Em uma sociedade limitada por símbolos e gestos, quanto mais nomes sagrados eram invocados ou dedos cruzados, mais ênfase era dada à cura. Afinal, o enfermo observava tais rituais, enquanto contemplava as imagens sagradas, e confiava no curandeiro como um santo (Moraes, 2019).

Sterza (2019) destaca que o que estava associado ao mundo das plantas, em particular o uso e o conhecimento de plantas e ervas, era muitas vezes considerado um direito das mulheres no passado.

Segundo Valentini (2010), as mulheres eram responsáveis pela coleta de ervas e plantas silvestres e pelo cuidado dos jardins da casa. Assim, algumas chamadas curandeiras, conheciam não só as plantas utilizadas na culinária, mas também aquelas com poderes curativos para o preparo de infusões, decocções e unguentos.

Essas mulheres, tesoureiras do conhecimento do mundo vegetal transmitido de geração em geração e baseadas em conhecimentos e crenças ancestrais, desempenharam um papel fundamental na sociedade, manipulando a natureza e transformando os elementos do mundo vegetal em algo eles mesmos por meio de práticas mágicas para levar cuidados com a saúde, bem como problemas relacionados ao desconhecido (Valentin, 2010).

Pinheiro (2012) menciona que entre as atividades das bruxas, uma de suas habilidades era a confecção de filtros e poções, que em alguns casos eram utilizados com o intuito de despertar uma paixão que aprisionaria a pessoa amada. Acredita-se que os filtros foram amplamente utilizados na Idade Média.

Por exemplo, as mães das moças da corte os colocavam à disposição de suas filhas, com a intenção de que os filtros dessem o auxílio mágico necessário para que o encontro com um nobre importante se transformasse em paixão desenfreada e depois em um grande casamento. Usados por meninas, esses filtros eram usados por algumas das muitas jovens camponesas que viviam na inconveniência e insatisfação de sua própria situação social, na esperança de se casar com um comerciante ou artesão, figuras sociais que ofereciam melhor status socioeconômico do que os camponeses.

A magia tem origens milenares e acredita-se que sua prática esteja presente na maioria das culturas antigas. Essas práticas foram passadas de geração em geração, século em século até os dias atuais e ainda estão presentes em diferentes culturas ao redor do mundo (Sterza, 2019).

Atualmente o feminismo busca resgatar a verdadeira imagem das bruxas em nossa história, analisando não apenas os aspectos religiosos, mas também os aspectos políticos e sociais que a caça às bruxas envolvia na Idade Média. Do ponto de vista feminista, as mulheres consideradas bruxas ou que se auto identificam como, por meio de seus saberes médicos e de sua atuação em suas comunidades, exercem um contra poder que se opõe ao patriarcado e, sobretudo, ao poder da igreja. Na verdade, eles não passavam de vítimas do patriarcado (Alambert, Ano II *apud* Angelin, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender as práticas curativas de mulheres no estado do Grão Pará no século XVIII, sob a perspectiva da bruxaria. A partir da análise de documentos inquisitoriais, foi possível identificar que as mulheres eram acusadas de bruxaria por praticarem diversas formas de cura, incluindo o uso de ervas, rezas e banhos.

O estudo sobre "Bruxaria no século XVIII: práticas curativas de mulheres no estado do Grão Pará" revelou um panorama intrigante e complexo das interações entre a medicina popular, a religiosidade e o poder estabelecido na região. Ao analisar as práticas de cura das mulheres acusadas de bruxaria, foi possível compreender que muitas delas desempenhavam um papel vital na assistência de saúde de suas comunidades, oferecendo cuidados de forma empática e holística.

Essa investigação também destacou a influência da Igreja e do sistema legal na perseguição das supostas bruxas, revelando a tensão entre o conhecimento tradicional e as instituições estabelecidas. A história dessas mulheres é um lembrete da importância de examinar criticamente as narrativas históricas e reconhecer o papel das mulheres na preservação da cultura e na prestação de cuidados de saúde, muitas vezes em condições adversas.

As acusações de bruxaria eram, em muitos casos, motivadas por conflitos sociais e econômicos. As mulheres acusadas eram, em sua maioria, pobres e marginalizadas. Elas eram acusadas de causar doenças, morte e outros males às pessoas. As práticas curativas de mulheres no Estado do Grão-Pará no século XVIII eram uma forma de resistência cultural, religiosa e sanitária. Essas práticas eram uma forma de preservar os saberes e as tradições dos povos indígenas e africanos, de garantir o acesso à saúde para a população e de desafiar o poder da Igreja Católica e do Estado português.

À medida que olhamos para o passado, esta pesquisa nos instiga a reconsiderar nossos próprios preconceitos e estereótipos em relação à medicina tradicional e às práticas espirituais. Portanto, a história da bruxaria no século XVIII no Grão Pará não é apenas um estudo histórico, mas um apelo à reflexão sobre o valor das práticas curativas tradicionais e o respeito pelas vozes das mulheres marginalizadas na sociedade. Isso nos inspira a continuar explorando as complexidades da interseção entre crença, medicina e gênero em diferentes contextos históricos e culturais.

A pesquisa sobre a bruxaria no século XVIII no Grão-Pará ainda é incipiente, mas os estudos já realizados apontam para a importância desse fenômeno na história da região, visto que apesar das perseguições, as práticas curativas de mulheres continuaram a ser utilizadas no

Grão-Pará por muitos anos e constituem um importante legado cultural da região, que reflete a diversidade étnica e cultural do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ABREU, J. L. N**. O corpo, a saúde e a doença:** o saber médico luso-brasileiro no século XVIII. 2006, f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ALAMBERT, Zuleika. **Por uma nova imagem.** Educação & Cultura – Diário Comercial, Ano II, n° 48.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **Diretório dos Índios**: um processo de civilização no Brasil século XVIII. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ANGELIN, Rosângela. A "caça às bruxas": uma interpretação feminista. **Revista Espaço Acadêmico.** Ano XX, 2012. ISSN: 1519-6186. Disponível em: https://espacoacademico.wordpress.com/2012/08/04/a-caca-as-bruxas-uma-interpretacao-feminista/. Acesso em: 31 out, 2023.

ARAUJO, Danielle Regina Wobeto de. **Feitiçaria na vila de Curitiba: direito e misoginia (XVIII),** Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 10, N. 1, 2019, p. 222-249.

ARAÚJO, Gilmara Cruz de. Práticas de feitiçaria no Brasil: estudo de caso de duas feiticeiras acusadas no Grão-Pará no Século XVIII. **Memorias**: **Revista Digital de História y Arqueología desde el Caribe**. Año 18, n.º 47, mayo – ago. de 2022, pp. 108-130. ISSN 1794-8886 núm. 47, pp. 108-130, 2022. Universidad del Norte 2022. Disponível em: https://rcientificas.uninorte.edu.co/index.php/memorias/article/view/14182/214421446013 . Acesso em: 31 out. 2023.

ARAÚJO, Sarah dos Santos. **À espreita do sentimento:** Rastros do medo e cotidiano no contexto da ação inquisitorial no Grão-Pará (1760-1773), 2015. 118p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

ARAÚJO, Sarah dos Santos. Vestígios do sentimento: representações do medo durante a visita do Santo Ofício ao Grão-Pará. **II Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais** – Salvador, setembro de 2013. Disponível em: https://www2.ufrb.edu.br/simposioinquisicao/wp-content/uploads/2014/02/2013-Texto_Sarah_Araujo.pdf . Acesso em: 31 out. 2023.

AZEVEDO, João Lúcio**. Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Segunda Edição. Imprensa da Universidade Coimbra, 1930.

BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália, séculos XV-XIX** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BEZERRA, J. M. N**. Escravidão Negra no Grão-Pará (Séculos XVII-XIX)**. 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2012.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural;** tradução Sergio Goes de Paula. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CAIXETA, Izabella. Bruxa: saiba como o termo é usado na história para desqualificar a mulher. **Estado Minas diversidade**. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2021/10/29/noticia-diversidade,1318271/bruxa-saiba-como-o-termo-e-usado-na-historia-para-desqualificar-a-mulher.shtml . Acesso em: 31 out. 2023.

CALAINHO, Daniela**.** O Brasil e o Tribunal do Santo Ofício português: réus, cartas e agentes em circulação no mundo atlântico**. Dossiê Tempo**. Niterói, v. 28, n. 2 Maio/Ago. 2022. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0214-8239. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tem/a/XP9PLrLxvSrC7MXnBWwWNNt/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 31 out. 2023.

CAMPOS, Pedro Pasche de. **Inquisição, Magia e Sociedade**. 1995 – Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz. **Índios Cristãos** - A conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769). 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. SP, 2005.

CASTORIADIS, Cornelius. Imaginário e imaginação na encruzilhada. *In***: Do Mundo da imaginação à imaginação do mundo**. Lisboa: Fim de séculos, 1999.

CHAVES, Cátia Simone da Silva**. Lago do Segredo:** Saberes e Práticas Educativas de uma Rezadeira de Responso da Amazônia Bragantina (Segredinho-PA), 2014. 102f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2014.

CROSBY, A. W. **Imperialismo ecológico:** a expansão biológica da Europa 900 – 190**0.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro. **Religião e resistência**: a construção da identidade negra no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente 1300-1800:** uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DIAS, Bruno Vinicius Kutelak. CABREIRA Regina Helena Urias. A Imagem da Bruxa: da Antiguidade Histórica às Representações Fílmicas Contemporâneas. **Ilha Desterro.** v. 72, nº 1, p. 175-197, Florianópolis, jan/abr, 2019. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-8026.2019v72n1p175. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ides/a/Q8cJDfsgznTRCpnQdzwc5Jw/?format=pdf . Acesso em: 31 out. 2023.

DOMINGUES, Evandro. **A pedagogia da desconfiança** – o estigma da heresia lançado sobre as práticas de feitiçaria colonial durante a Visitação do Santo Ofício ao Estado do Grão-Pará (1763-1772). 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas, Campinas, 2001.
Ed. UERJ, 2006.
EHRENREICH, Barbara & ENGLISH, Deirdre. Hexen, Hebammen und Krankenschwestern. 11. Auflage. München: Frauenoffensive, 1984.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019, 158 p.

FERREIRA, Karolaine Pacheco; GENOVESE, Cinthia Letícia de Carvalho Roversi. Os desafios das mulheres na Ciência: Marie Curie como figura feminina no campo científico. **Educação, Ciência e Cultura**, RECC, Canoas, v. 27 n. 2, 01-16, ago., 2022. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjNhvHRo7WCAxWmA7kGHYmrDM0QFnoECAkQAQ&url=https%3A%2F%2Frevistas.unilasalle.edu.br%2Findex.php%2FEducacao%2Farticle%2Fdownload%2F8837%2Fpdf&usg=AOvVaw17TGyzbypkHCv7ozYPQCCv&opi=89978449 . Acesso em: 03 nov. 2023.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

FREITAS, Marcela Alves de. Bruxa – História, visão atual e características que as representavam. Segredos do Mundo. 2023. Disponível em: https://segredosdomundo.r7.com/bruxa-origem-historia/. Acesso em: 31 out. 2023.
GUEDES, A. C. B.; SALGADO, M. S. Mulheres negras: Territorialidade e FERREIRA Karolaine Pacheco Cinthia.

HANCIAU, Nubia. O universo da feitiçaria, magia e variantes. **Letras de Hoje,** Porto Alegre, v. 44, n. 4, p. 75-85, out./dez. 2009. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/download/6548/4754/0 . Acesso em: 31 out, 2023.

HEMMING, J. **Ouro Vermelho**. São Paulo: Editora Universitária de São Paulo, 2007.

LAPA, Amaral. Livro da Visitação do Santo Ofício ao Estado do Grão-Pará (1763-1769). Petrópolis: Vozes, 1978.

LEMOS, Silse Teixeira de Freitas**.** Mulheres em movimento: das bruxas europeias às militantes brasileiras até a época da redemocratização. **Revista de Políticas Públicas,** vol. 22, pp. 815-830, 2018. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/3211/321158844041/html/. Acesso em: 20 jan.2023.

LEVACK, Brian P. **A caça às bruxas**: na Europa no limiar da Idade Moderna. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

LOBO, M. A. A cura mágica no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982

MAIA DIAS, Letícia. Feiticeiras nas minas gerais: práticas mágicas, religiosidade e cotidiano social feminino (1713-1808), 2021. Anais do 3º Encontro Internacional **História e Parcerias**. Disponível em: https://www.historiaeparcerias.rj.anpuh.org/resources/anais/19/hep2021/1627415187_ARQUIVO_e9b01f578513235adbf613da9eaa0572.pdf . Acesso em: 20 jan. 2023.

MAIA, Glauciene Da Costa**. Feiticeiros Negros no Grão-Pará (1755-1772)**, 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

MATTOS, Yllan de. **A última Inquisição**: os meios de ação e funcionamento da Inquisição no Grão-Pará Pombalino (1763-1769). Niterói: UFF, 2009.

MATTOS, Yllan de. Um inquisidor na administração do bispado: Giraldo José de Abranches como vigário capitular e visitador da Amazônia colonial (1763-1773). **Contraponto** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 9, n. 1, jan./jun. 20203. Disponível em: https://revistas.ufpi.br/index.php/contraponto/article/download/11486/6574 . Acesso em: 31 de out 2023.

MENDES, João Pedro. **Magia na Antiguidade**. São Paulo: EDUSP, 1993.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. *In:*

DESLANDES, S. F; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S (Orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 61-77.

MORAES, Mayara Aparecida de. Curandeirismo na Amazônia Portuguesa: os casos investigados pela visitação do Tribunal do Santo Ofício no Grão-Pará. **Religare,** v.17, n.2, dez. de 2020, p.431-453 431, ISSN: 19826605.

MORAES, Mayara Aparecida. **De "virtudes tão adiantadas para descobrir e remediar os males ocultos"**: curandeirismo e práticas mágico religiosas no Grão Pará (1763-1773), 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2019.

MOURA, Blenda Cunha. **Intrigas Coloniais a trajetória do Bispo João de São José Queirós. (1711-1763).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em História, Amazonas, 2009.

MURARO, Rose Marie. Breve introdução histórica ao livro: o martelo das feiticeiras. **Em Aberto,** Brasília, DF, v. 27, n. 91, p. 177-187, jul./dez. 2014

PEREIRA, Juliana Avila. O *Malleus Maleficarum* e a questão da bruxaria: a mulher nos tempos da inquisição 2021. **Revista Eletrônica Trilhas da História**, v. 11, n. 21 - ISSN: 2238-1651. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/RevTH/article/download/13081/10084 . Acesso em: 31 out 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatary. **História & História Cultural.** Autêntica: Belo Horizonte, 2003.

PINHEIRO, Mirtes Emilia. **As herboristas nas literaturas antiga e medieval:** Circe, Hildegarda de Bingen e Isolda. 2012. 103 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PINTO, M. R. P. **Cura e religião no Brasil** colonial. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

RODRIGUES, Jeorgina Gentil. Bruxas, feiticeiras e curandeiras: a mulher na inquisição. **Blog Ciência no Feminino.** 2012. Disponível em: https://ciencianofeminino.blogspot.com/2012/05/bruxas-feiticeiras-e-curandeiras-mulher.html. Acesso em: 31 out. 2023.

RUSSELL, Jeffrey B; ALEXANDER, Brooks. **História da bruxaria.** São Paulo: Aleph, 2019.

SANTOS JÚNIOR, Dimas Catai. **Colonizar o inferno, ocupar o purgatório:** feitiçaria, práticas mágicas e religiosidade no Brasil colonial (século XVIII), 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SANTOS, Lidiane Vicentina dos. **Terra inficcionada:** as práticas mágico religiosas indígenas e a inquisição na Amazônia portuguesa setecentista. – São João del-Rei, 2016. p.149.

SILVA, Carolina Rocha. Com quantos medos se constrói uma bruxa? Demonização e criminalização das mulheres no Brasil Colonial. Revista Campos. V.19 N.2 2018.

SOUSA, Claudia Rocha De. As práticas curativas na Amazônia colonial: Da cura da alma à cura do corpo (1707-1750) Universidade Federal do Pará, Brasil Amazôn., **Rev. Antropol. (Online) 2013**. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/1498/1911 . Acesso em: 27 dez. 2022.

SOUZA, Laura de Mello e**.** "Preservação da afetividade". *In:* **O diabo e a Terra de Santa Cruz, São Paulo**, Companhia das Letras, 1986, p. 227-242.

SOUZA, Laura de Mello e. **A Feitiçaria na Europa Moderna**. São Paulo: Ática, 1995.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz:** feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOUZA, Laura de Mello. **Inferno Atlântico:** demonologia e colonização (séculos XVI – XVIII). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

STERZA, Valentino. **Plantas mágicas no medievo:** mulheres, magia e igreja. João Pessoa. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2019.

TOSI, L. Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna. **Cadernos Pagu**, Campinas - SP, n. 10, p. 369–397, 2012.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios:** catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. **Inquisição em Xeque:** temas, controvérsias, estudo de caso. *In:*

VAINFAS, Ronaldo; FEITLER, Bruno; LIMA, Lana Lage da Gama (orgs.). Rio de Janeiro:

VALENTIN, Rosella Omicciolo. **Le erbe delle streghe nel medioevo**. Tuscania (VT): Penne & Papiri, 2010.

VIEIRA, Bruno César Ferreira. **Bruxaria e feminismo uma análise da independência da mulher através dos seriados da tv,** 2018. (UERJ – CNPq) http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/BRUNO%20CESAR%20FERREIRA%20VIEIRA.pdf Acesso em 25 dez 2022